



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

- 1 - ATAS
- 2 - ORDENS DO DIA
 - 2.1 - Plenário
 - 2.2 - Comissões
- 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 3.1 - Comissões
- 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
- 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 6 - ERRATAS



ATAS

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/3/2015

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Antônio Jorge, Missionário Márcio Santiago e Léo Portela, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Léo Portela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 699/2015, do deputado Léo Portela, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, no Município de Lavras, para debater, em audiência pública, assuntos relacionados com o uso de drogas;

nº 700/2015, do deputado Léo Portela, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, no Município de Três Marias, para debater, em audiência pública, assuntos relacionados com a Política sobre Drogas;

nº 701/2015, do deputado Léo Portela, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, no Município de Itabira, para debater, em audiência pública, assuntos relacionados com a Política sobre Drogas;

nº 703/2015, do deputado Léo Portela, em que solicita seja convidado o secretário de Estado de Saúde para prestar informações, na Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, sobre assuntos relacionados com o Cartão Aliança Pela Vida;

nº 705/2015, do deputado Antônio Jorge, do deputado Missionário Márcio Santiago, do deputado Léo Portela, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Leandro Genaro, em que solicitam seja realizado ciclo de debates da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas para discutir a saúde da mulher e as consequências do abuso de substâncias psicoativas e medicamentos;

nº 706/2015, do deputado Antônio Jorge, do deputado Missionário Márcio Santiago, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Léo Portela e do deputado Leandro Genaro, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas para discutir, em audiência pública, a situação da vulnerabilidade social e os agravos à saúde específicos da mulher usuária de *crack*;

nº 707/2015, do deputado Antônio Jorge, do deputado Missionário Márcio Santiago, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Léo Portela e do deputado Leandro Genaro, em que solicitam seja realizado debate público da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas para que os pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz -, Francisco Inácio Bastos e Neilane Bertoni, coordenadores da pesquisa “Estimativa do número de usuários de *crack* e/ou similares nas capitais do País”, possam expor e discutir os resultados encontrados no estudo;

nº 708/2015, do deputado Antônio Jorge, do deputado Missionário Márcio Santiago, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Léo Portela e do deputado Leandro Genaro, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de



Crack e Outras Drogas para discutir, em audiência pública, os resultados da aplicação da Lei nº 11.705, de 2008, conhecida como Lei Seca, quanto à redução do número de acidentes provocados por motoristas sob o efeito do álcool no Brasil;

nº 709/2015, do deputado Antônio Jorge, do deputado Missionário Márcio Santiago, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Léo Portela e do deputado Leandro Genaro, em que solicitam seja realizada visita da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, em Recife, para conhecer a atuação do Programa Atitude - Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares, no Estado de Pernambuco;

nº 710/2015, do deputado Antônio Jorge, do deputado Missionário Márcio Santiago, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Léo Portela e do deputado Leandro Genaro, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas para debater, em audiência pública, o aumento do uso de tabaco entre adolescentes, os programas de prevenção existentes e a ocorrência de doenças respiratórias relacionadas com o uso do tabaco no Brasil;

nº 712/2015, do deputado Antônio Jorge, do deputado Missionário Márcio Santiago, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Léo Portela e do deputado Leandro Genaro, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas para debater, em audiência pública, os aspectos jurídico-criminais associados ao consumo do *crack* e as experiências inovadoras nesse âmbito, como a justa terapêutica, entre outras;

nº 713/2015, do deputado Antônio Jorge, do deputado Missionário Márcio Santiago, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Léo Portela e do deputado Leandro Genaro, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas para debater, em audiência pública, o significativo aumento no consumo de *crack* nos pequenos municípios do Estado e para apresentação de experiências exitosas para o enfrentamento da questão;

nº 714/2015, do deputado Antônio Jorge, do deputado Missionário Márcio Santiago, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Léo Portela e do deputado Leandro Genaro, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas para debater, em audiência pública, o programa federal *Crack, É Possível Vencer* e a possibilidade de ampliar a sua implementação nos municípios e o programa estadual Aliança pela Vida;

nº 716/2015, do deputado Antônio Jorge, do deputado Missionário Márcio Santiago, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Léo Portela e do deputado Leandro Genaro, em que solicitam seja realizado ciclo de debates da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas para discutir a atual política sobre drogas e as diversas abordagens no tratamento do usuário de álcool e drogas, com apresentação de experiências exitosas desenvolvidas no Brasil e em outros países;

nº 718/2015, do deputado Antônio Jorge, do deputado Missionário Márcio Santiago, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Léo Portela e do deputado Leandro Genaro, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas para debater, em audiência pública, o papel da clínica médica nos programas públicos de atenção ao usuário de álcool e outras drogas, bem como os resultados das políticas de redução de danos.

O deputado Antônio Jorge passa a direção dos trabalhos à deputada Ione Pinheiro para apreciar requerimento de sua autoria. Submetido à votação, é aprovado o Requerimento nº 704/2015, do deputado Antônio Jorge e do deputado Missionário Márcio Santiago, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, no Município de Contagem, para debater, em audiência pública, medidas de enfrentamento ao uso de drogas e substâncias psicoativas. A deputada Ione Pinheiro passa a direção dos trabalhos ao deputado Antônio Jorge. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

Antônio Jorge, presidente - Léo Portela - Leandro Genaro.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/3/2015

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Inácio Franco e Nozinho, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Antônio Carlos Arantes e Dirceu Ribeiro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Emidinho Madeira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir os impactos da crise hídrica sobre os produtores rurais e suas cadeias produtivas e os entraves à reservação da água e a discutir e a votar proposições da comissão. A seguir, acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 12/2015, em turno único, do qual designou como relator o deputado Emidinho Madeira. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. João Ricardo Albanez, superintendente de Política e Economia Agrícola, representando o Sr. João Cruz Reis Filho, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; José Antônio Ribeiro, superintendente de Agricultura Familiar, representando o Sr. Glênio Martins de Lima Mariano, subsecretário de Estado de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Rui da Silva Verneque, presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig; Wilson Rosa, coordenador técnico Estadual de Culturas, representando o Sr. Amarildo José Brumano Kalil, presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Emater; Guilherme Silva Oliveira, analista ambiental, representando o Sr. Roberto Simões, presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg; Ricardo Rodrigues de Almeida, vice-presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Unaí, representando o Sr. Altir de Souza Maia, presidente do sindicato; Irson Ribeiro de Oliveira, produtor rural de café de Nova Resende, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida passa a palavra aos demais autores, deputados



Emidinho Madeira, Inácio Franco e Nozinho. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 795/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Nozinho, Emidinho Madeira e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado ao Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a execução e os resultados do Programa de Baixo Carbono no Estado;

nº 797/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Nozinho e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências com vistas à suspensão das autuações e eventuais multas aplicadas aos produtores rurais em função das obrigações geradas a partir da publicação da Resolução conjunta Semad/Igam nº 2.249, de 30/12/2014;

nº 799/2015, dos deputados Nozinho, Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para a aceleração dos processos de pedido de outorga de recursos hídricos protocolados por produtores rurais;

nº 800/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, do Emidinho Madeira e Nozinho, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para elaboração de um plano estadual de reservação de água e segurança hídrica para a agricultura irrigada, de forma complementar ao Plano Diretor de Agricultura Irrigada, em parceria com os segmentos produtivos da agropecuária;

nº 801/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, do Emidinho Madeira e Nozinho, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário pedido de providências para que sejam adotadas medidas extraordinárias no âmbito do Pronar, incluindo eventuais créditos extras e suspensão de cobranças de financiamentos concedidos a agricultores familiares impactados com a redução ou perda de safra em decorrência da estiagem ocorrida no ano agrícola 2014-2015;

nº 802/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Emidinho Madeira, do Fabiano Tolentino e Nozinho, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para determinar a prorrogação dos prazos estabelecidos na Resolução Conjunta Semad/Igam nº 2.249, de 30/12/2014;

nº 803/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, do Emidinho Madeira e Nozinho, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja revogado o art. 3º do Decreto nº 46.336, de 16 de outubro de 2013;

nº 804/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira e Nozinho, em que solicitam seja realizada audiência pública no Município de Unai para debater, com os irrigantes da região Noroeste, a crise hídrica e a necessidade de reservação de água naquela região.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente - Nozinho - Cristiano Silveira.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/3/2015

Às 9h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Roberto Andrade, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 541/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as condições de atendimento ao usuário do Move em Belo Horizonte;

nº 653/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada audiência pública em Sete Lagoas e região para debater a ineficiência da prestação de serviço das operadoras de celular no município;

nº 805/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater e buscar as soluções cabíveis para o impacto de mais um reajuste da tarifa de energia elétrica no âmbito do Estado de Minas Gerais.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 806/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o preço abusivo e a qualidade dos uniformes vendidos no Colégio Tiradentes, bem como o monopólio exercido pela empresa Citerol na comercialização dos uniformes;

nº 807/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o ICMS sobre o álcool, o custo e a composição do preço final do combustível para o consumidor, à luz da tributação incidente no setor, bem como toda a cadeia produtiva do álcool.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2015.

Elismar Prado, presidente - Noraldino Júnior - Douglas Melo - Sargento Rodrigues.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/3/2015**

Às 14h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Antônio Jorge, Luiz Humberto Carneiro e Tito Torres (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Antônio Jorge, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 3/2015 é retirado da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado Luiz Humberto Carneiro. Registra-se a saída do deputado Luiz Humberto Carneiro. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 320 na forma do Substitutivo nº 1 e 333/2015 (relator: deputado João Alberto); 349 e 359/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o primeiro em virtude de redistribuição). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 360/2015, em turno único, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015 na forma do Substitutivo nº 1 e do Projeto de Lei nº 152/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado João Alberto). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado João Alberto, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do Substitutivo nº 1, do Projeto de Lei nº 27/2015, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Antônio Jorge. São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Defesa Social o Projeto de Lei nº 103/2015 e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Estado de Saúde o Projeto de Lei nº 280/2015 (relator: deputado João Alberto). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 269 e 295/2015 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 387/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição) e 432/2015 (relator: deputado Antônio Jorge). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados que solicitam pedido de informações, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 384, 385, 388, 391, 402, 403, 405 e 407/2015, para que os processos sejam instruídos com a documentação necessária a sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Bonifácio Mourão - Isauro Calais - Cristiano Silveira - Antônio Jorge.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/3/2015

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel e Cristiano Silveira (substituindo o deputado Deiró Marra, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Fred Costa, presidente da Comissão de Assuntos Municipais, convidando os membros desta comissão para participarem de audiência pública que ocorrerá no dia 31/3/2015, às 10:00 horas, com a finalidade de debater as condições de trânsito da MG-030; e *e-mails* das Sras. Maria da Conceição de Fátima Flores Alves, em que demonstra insatisfação com o funcionamento das plataformas de embarque da Estação Vilarinho e a inatividade de algumas plataformas no período noturno; e Leci Ferreira, em que solicita providências com vistas à conservação das calçadas no Bairro Veredas das Geraes, em Nova Lima. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 132/2015, em turno único, do qual designou como relator o deputado Celinho do Sinttrocel. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 306, 313, 314 e 348/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 831/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada audiência pública desta comissão para debater a concessão e exploração do trecho da BR-040 que interliga Juiz de Fora a Brasília, haja vista que a legislação obriga a duplicação mínima de 10% do total da obra para que seja iniciada a cobrança do pedágio, entretanto as obras estão sendo realizadas inicialmente em trechos de pequeno tráfego, sendo necessária atenção inicial em outros trechos.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 834/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - da mobilidade urbana;

nº 835/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a estadualização do Anel Rodoviário;



nº 836/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os projetos de trânsito para a reforma do Anel Rodoviário em Belo Horizonte;

nº 837/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater, em audiência pública, a gratuidade do transporte intermunicipal para idosos;

nº 838/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a realidade hídrica no Estado;

nº 839/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para que seja instalada sinalização adequada na MG-232, em frente ao estabelecimento Comercial Andrade, situado no Bairro Industrial, Município de Santana do Paraíso;

nº 840/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a pavimentação da MG-678 no trecho que liga Araçuaí a Novo Cruzeiro e Ladainha, no Programa Minas Logística;

nº 842/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação hídrica e o abastecimento de água no Vale do Aço;

nº 843/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as condições dos serviços prestados pela Copanor na região de Araçuaí;

nº 844/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação hídrica e o abastecimento de água nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce e suas perspectivas;

nº 845/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a implantação da MG-760, seu traçado e suas ligações e alças;

nº 846/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater, em audiência pública, a possibilidade de transposição da roleta pelo idoso e a qualidade do atendimento dispensado ao idoso durante a utilização do transporte gerenciado pelo DER-MG na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 848/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação das obras do metrô em Minas Gerais;

nº 849/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita à área do Complexo Viário Sul, entre Belo Horizonte e Nova Lima;

nº 850/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os serviços prestados pela BHTrans;

nº 853/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a construção do Complexo Viário Buritis, em Belo Horizonte;

nº 854/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a construção do Complexo Viário Barão-Raja, em Belo Horizonte;

nº 857/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para inclusão do trecho da rodovia que liga o Município de Senador José Bento à sede do Município de Borda da Mata, nas proximidades do Bairro do Cervo, ao Programa Caminhos de Minas;

nº 858/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para retomada das obras de pavimentação do trecho da rodovia que liga o Distrito de Douradinho ao Município de Machado, no Programa Caminhos de Minas;

nº 860/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para inclusão do trecho da rodovia que liga a MG-290 ao Distrito de Sertãozinho, no Município de Borda da Mata, ao Programa Caminhos de Minas;

nº 864/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para inclusão do trecho da rodovia MG-295 que liga o Município de Consolação ao Município de Cambuí no Programa Caminhos de Minas;

nº 866/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para inclusão do trecho da rodovia que liga a MG-290 ao Distrito de Pântano dos Rosas, no Município de Pouso Alegre, no Programa Caminhos de Minas;

nº 868/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada visita à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - em Minas Gerais, para que seja averiguada a situação das obras de duplicação da BR-381, especialmente no que se refere ao processo de reassentamento das famílias que residem às margens da rodovia, ao atraso no repasse de verbas para execução das obras e à auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União em que foi identificada alteração significativa no traçado da BR-381 pela empreiteira responsável pela obra;

nº 869/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada em Montes Claros audiência pública para debater o andamento do projeto e o planejamento da execução das obras do Anel Rodoviário de Montes Claros e as duplicações da BR-135 e da BR-251;

nº 870/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o balanço anual da Copasa-MG referente ao ano de 2014;

nº 871/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação de risco da Creche Lar da Criança, de Teófilo Otôni;

nº 872/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita à Creche Lar da Criança, em Teófilo Otôni, para averiguar as condições de funcionamento da entidade;



nº 873/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita ao BRT Move da Região Metropolitana de Belo Horizonte para averiguar as condições de operação do sistema;

nº 874/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita ao BRT Move de Belo Horizonte para averiguar as condições de operação do sistema;

nº 875/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a implantação de transporte público rápido e direto de Belo Horizonte a Matozinhos;

nº 876/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à telefonia Vivo pedido de providências para o fornecimento de sinal de telefonia móvel no Distrito de Aimorezinho, Município de Serra dos Aimorés;

nº 878/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à telefonia Tim pedido de providências para o fornecimento de sinal de telefonia móvel no Distrito de Aimorezinho, Município de Serra dos Aimorés;

nº 879/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para a inclusão do Distrito de Aimorezinho, situado no Município de Serra dos Aimorés, no Programa Minas Comunica II;

nº 880/2015, da deputada Cristina Corrêa, em que solicita seja realizada em Santa Luzia audiência pública para debater o transporte público da cidade;

nº 881/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Estadual de Telecomunicações - Detel - pedido de providências para o cadastramento do povoado de Pompéu, situado no Município de Açucena, no Programa Minas Comunica II;

nº 883/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para o cadastramento do povoado de Pompéu, situado no Município de Açucena, no Programa Minas Comunica II;

nº 885/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à telefonia Tim pedido de providências para o fornecimento de sinal de telefonia móvel e a instalação de sinal de torres de transmissão no povoado de Pompéu, situado no Município de Açucena, no Programa Minas Comunica II;

nº 886/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à telefonia Vivo pedido de providências para o fornecimento de sinal de telefonia móvel e a instalação de sinal de torres de transmissão no povoado de Pompéu, situado no Município de Açucena, no Programa Minas Comunica II;

nº 887/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à telefonia Oi pedido de providências para o fornecimento de sinal de telefonia móvel e a instalação de sinal de torres de transmissão no povoado de Pompéu, situado no Município de Açucena, no Programa Minas Comunica II;

nº 888/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a situação da MG-176 no trecho compreendido entre o Municípios de Luz e Dorés do Indaiá, que se encontra em condições precárias, principalmente em razão do tráfego de caminhões pesados;

nº 889/2015, dos deputados Isauro Calais, Carlos Pimenta e Bonifácio Mourão, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater o transporte aéreo regional no Estado, diante da transferência de todos os voos regionais do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, na Pampulha, para o Aeroporto Internacional Presidente Tancredo Neves, em Confins;

nº 890/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para que intervenha junto à Agência Nacional de Aviação Civil com vistas à transferência da linha comercial de voo da Gol Linhas Aéreas, de Confins a Juiz de Fora, para o Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, na Pampulha;

nº 891/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as condições de operação do BRT Move de Belo Horizonte;

nº 892/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as condições de operação do BRT Move da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

Deiró Marra, presidente - Anselmo José Domingos - Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/3/2015

Às 15h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Elismar Prado, Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC) e João Leite (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 851/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ofício ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, solicitando que esta Casa oriente os deputados e servidores a que utilizem termos adequados para se referir às pessoas com deficiência, conforme o que preconiza a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 2009;



nº 855/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para debater, em audiência pública, com a presença da Comissão de Saúde, as ações de conscientização sobre o autismo e a necessidade da implementação de políticas efetivas em relação ao transtorno do espectro autista;

nº 856/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o Estado mantenha as cessões de profissionais de educação para as Apaes, com a garantia plena de continuidade dos trabalhos dessas entidades na área educacional, até a conclusão dos efeitos da ADI nº 4.876, que declarou a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar nº 100, de 2007;

nº 859/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita sejam encaminhadas aos ministros Carmen Lúcia Antunes Rocha e José Antonio Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizada em 30/3/2015;

nº 861/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ofício ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas, solicitando que esta Casa assinale sua adesão aos eventos pertinentes ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo, comemorado em 2 de abril, especialmente difundindo a cor azul na iluminação do Palácio da Inconfidência;

nº 862/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita sejam encaminhadas aos membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3 as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizada em 30/3/2015;

nº 865/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja ouvida na 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência a Sra. Estela Maris Guillen de Souza, ex-presidente da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais - Apape.

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Estela Maris Guillen de Souza, ex-presidente da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais - Apape -, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

Duarte Bechir, presidente - João Leite - Tito Torres.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/3/2015

Às 16h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fred Costa, Wander Borges e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita aos membros da comissão presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater o encerramento das atividades do Ballet Jovem da Fundação Clóvis Salgado e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Caroline Natália Rodrigues Teixeira e Grécia Catarina Gonçalves da Costa Santos, bailarinas do Cefar - Ballet Jovem do Palácio das Artes; Bárbara Cristina de Souza Maia, estudante do Cefar - Ballet Jovem do Palácio das Artes; e Maria Regina Fagundes Amaral, professora; e os Srs. Augusto Nunes Filho, presidente da Fundação Clóvis Salgado, representando o secretário; José Walter Albinati Silva, ator, diretor e professor de teatro; Rômulo Duque Azevedo, presidente do Sindicato de Artes Cênicas de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

Fred Costa, presidente - Wander Borges - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2015

Às 14h21min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues e João Vítor Xavier (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Amaury Silva, juiz de direito da Comarca de Itanhomi, encaminhando cópia de relatório de inspeção da cadeia pública dessa comarca, como resultado da correição ordinária anual de 2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 896/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhados à Promotoria de Justiça de Execução Penal da Comarca de Passos as notas taquigráficas da 5ª Reunião Ordinária desta comissão e pedido de providências para a abertura de inquérito criminal para apuração de abuso de autoridade e favorecimento de presos imputados ao Sr. José Vicente de Souza, diretor-geral do Presídio de Passos, bem como de inquérito civil, contra o mesmo acusado, por ato de improbidade administrativa;



nº 898/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Subsecretário de Estado de Administração Prisional pedido de providências para afastar, em caráter preventivo, o Sr. Léo Wagner, assessor de inteligência do Presídio de Passos, até que sejam devidamente apuradas as denúncias contra ele apresentadas na 5ª Reunião Ordinária desta comissão;

nº 903/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião desta para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 840/2015, que visa alterar a Lei nº 18.185, de 2009, para prever, no art. 4, § 2º, que será admitida a prorrogação dos contratos de que trata o inciso V do *caput* do art. 2º para além do limite estipulado no inciso III do § 1º do art. 4º, enquanto não for realizado concurso público e provimento dos cargos, em especial dos agentes penitenciários e agentes socioeducativos;

nº 906/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhados ao juiz da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Passos as notas taquigráficas da 5ª Reunião Ordinária desta comissão e pedido de providências para a abertura de inquérito criminal para apuração dos fatos imputados ao Sr. José Vicente de Souza, diretor-geral do Presídio de Passos;

nº 907/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhada ao presidente do Tribunal de Justiça a petição de *habeas corpus* entregue por Valdinei da Paixão Pinto a esse parlamentar durante visita desta comissão ao Centro de Remanejamento do Sistema Prisional - Ceresp - de Contagem, no dia 30/3/2015;

nº 908/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Subsecretaria de Estado de Administração Prisional e a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos pedido de providências para que proporcionem um ambiente salubre aos agentes de segurança penitenciários e aos agentes administrativos lotados no Ceresp de Contagem;

nº 911/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Subsecretaria de Estado de Administração Prisional pedido de providências para determinar o imediato fechamento do Ceresp de Contagem, bem como transferir os 120 presos ali detidos para outras unidades;

nº 912/2015, dos deputados João Vítor Xavier e Sargento Rodrigues e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Francisco Santiago, Promotor de Justiça, pela atuação no caso do "bando da degola", bem como à equipe de policiais civis que também atuaram nesse caso, que culminou no julgamento e na condenação dos acusados;

nº 915/2015, dos deputados João Vítor Xavier e Sargento Rodrigues e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação dos aprovados em concurso público na área de saúde da Secretaria de Estado de Defesa Social;

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 919/2015, do deputado Léo Portela, em que solicita seja realizada reunião para debater, com a presença de convidados, a regulamentação e a implementação da Lei Federal 13.022, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - Cabo Júlio - João Leite - João Magalhães - Celise Laviola.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2015

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Nozinho e Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Nozinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 267/2015, em turno único, do qual designou como relator o deputado Nozinho. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 795/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Nozinho, Emidinho Madeira e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado ao Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado pedido de informações sobre a execução do Programa de Baixo Carbono - ABC - no Estado e seus resultados;

nº 797/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Nozinho e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que suspenda as autuações e eventuais multas aplicadas aos produtores rurais em função das obrigações geradas a partir da publicação da Resolução Conjunta Semad-Igam nº 2.249, de 30/12/2014, que determina a instalação obrigatória de hidrômetros nas captações de água, em face das dificuldades de aquisição e instalação desses equipamentos;

nº 799/2015, dos deputados Nozinho, Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para aceleração dos processos de pedido de outorga de recursos hídricos protocolados por produtores rurais;

nº 800/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira e Nozinho, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para elaboração de plano estadual de reservação de água e segurança hídrica para a agricultura irrigada, de forma complementar ao Plano Diretor de Agricultura Irrigada, em parceria com os segmentos produtivos da agropecuária;

nº 801/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira e Nozinho, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário pedido de providências para que sejam adotadas medidas extraordinárias no âmbito do Pronar para atender a agricultores familiares impactados com a redução ou a perda de safra em decorrência da estiagem



ocorrida no ano agrícola 2014-2015, incluindo eventuais créditos extras e suspensão de cobranças de financiamentos concedidos a esses agricultores;

nº 802/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino e Nozinho, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para determinar a prorrogação dos prazos estabelecidos na Resolução Conjunta Semad-Igam nº 2.249, de 30/12/2014, que estabelece critérios para a implantação de equipamentos hidrométricos para captações de água, aí incluídos os projetos de irrigação, em face da dificuldade dos produtores na aquisição e instalação desses equipamentos;

nº 803/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira e Nozinho, em que solicitam seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para que seja revogado o art. 3º do Decreto nº 46.336, de 16 de outubro de 2013, em face da ilegalidade do referido dispositivo, que ultrapassa a Lei nº 20.922, de 2013, que institui as políticas florestal e de proteção à biodiversidade do Estado, inovando o ordenamento jurídico;

nº 804/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira e Nozinho, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, no Município de Unaí, com os irrigantes da região Noroeste, a crise hídrica e a necessidade de reservação de água na região.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 901/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado e ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais pedido de providências para que criem a política estadual de incentivo e fomento à avicultura, com incentivo e oferta fiscais e assistência técnica.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente - Nozinho - Emidinho Madeira.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/4/2015

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Noraldino Júnior. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a criação da Delegacia Especializada de Combate aos Crimes Raciais e de Intolerância no Estado. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Cleide Hilda de Lima Souza, subsecretária de Política da Promoção da Igualdade Racial, representando André Quintão, secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Cristina Coelli Cicarelli Masson, delegada responsável pelos Programas de Polícia Comunitária da Polícia Civil, representando Wanderson Gomes da Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Jaime Aronis, diretor executivo da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, representando Salvador Ohana, presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais; Juvenal Araújo Júnior, presidente nacional do Secretariado da Militância Negra – Tucanafro; Paulo Antônio de Barroso, presidente da Secretaria Estadual do Movimento Negro do PDT; Ronaldo Antônio Pereira da Silva, presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – Conepir-MG; Jacques Ernest Levy, diretor da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais e presidente do Instituto Histórico Israelita Mineiro, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, em 8/4/2015, às 14h15min, para discutir e votar proposições da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – Carlos Pimenta – Mário Henrique Caixa.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/4/2015

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira e Isauro Calais, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Cristiano Silveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 580, 588, 597, 608, 609, 620, 628, 633, 634, 643, 650, 676, 683, 705, 707, 710 e 718/2015 (deputado Antônio Jorge); Projetos de Lei nºs 581, 586, 594, 606, 612, 615, 623, 625, 630, 636, 640, 648, 670, 684, 698, 709 e 719/2015 (deputado Bonifácio Mourão); Projeto de Lei Complementar nº 7/2015 e Projetos de Lei nºs 579, 585, 591, 596, 603, 611, 616, 618, 627, 639, 645, 678, 679, 696, 701, 715 e 717/2015 (deputado Cristiano Silveira); Projetos de Lei nºs 576, 589, 595, 599, 605, 610, 619, 624, 629, 644, 651, 673, 682, 704, 708, 713, 716 e 720/2015 (deputado Isauro Calais); Projetos de Lei Complementar nºs 8 e 9/2015 e Projetos de Lei nºs 578, 584, 590, 592, 600 a 602, 617, 635, 641, 652, 655, 669, 675, 694, 699, 700, 702 e 721/2015 (deputado João Alberto); Projetos de Lei nºs 622, 626, 632, 638, 647, 653, 656, 674, 711 e 714/2015 (deputado Leonídio Bouças); Projetos de Lei nºs 582, 583, 587, 593, 604, 607, 613, 614,



621, 631, 637, 646, 654, 668, 671, 677, 692, 706, 712 e 725/2015 (deputado Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 361, 562, 84, 98, 102 e 162/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão, a requerimento dos deputados Antônio Jorge, no caso dos cinco primeiros projetos, e Bonifácio Mourão, no caso do último projeto. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 289 (relator: deputado Bonifácio Mourão); e 370/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Cristiano Silveira, em virtude de redistribuição). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 382 e 383/2015, em turno único, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados Isauro Calais e Antônio Jorge, ambos em virtude de redistribuição. Registra-se a saída do deputado Antônio Jorge. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Cristiano Silveira, que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 2/2015, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Bonifácio Mourão. Registra-se a presença do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 42/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira); 45/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 88/2015 (relator: deputado Antônio Jorge, em virtude de redistribuição); e 111/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 118/2015 na forma do Substitutivo nº 1 e 129/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira). Registra-se a saída do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 148/2015 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Isauro Calais); 156/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição); 158/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Cristiano Silveira); e 483/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 154/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 273/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças) e 393/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Registra-se a presença do deputado Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BVC). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos de deputados em que se solicita, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Leis nºs 379, 404, 406 e 408 a 417/2015, que instruem as referidas proposições com as informações necessárias à sua tramitação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 688/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ofício ao presidente desta Casa solicitando informações sobre a ocorrência de pagamento da gratificação “Jeton” aos diretores da Casa pela participação em reuniões e, em caso afirmativo, sobre o valor do pagamento, o nome e o cargo do beneficiário e o período em que o pagamento vem sendo realizado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - João Alberto - Isauro Calais - Bonifácio Mourão.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/4/2015

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Deiró Marra, Anselmo José Domingos e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Anselmo José Domingos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 351 e 353/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 715/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a duplicação da BR-381, no trecho Governador Valadares-Belo Horizonte, incluindo os estudos contratados e aprovados pelo Dnit e as soluções que serão adotadas para finalizar a obra;

nº 717/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a aplicação da Lei nº 21.121, de 3 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a gratuidade do serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros para o idoso e a pessoa com deficiência;

nº 719/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para inclusão do Distrito de Aimorezinho, em Serra dos Aimorés, no programa Minas Comunica II;

nº 720/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de providências para a extensão da rede elétrica no Distrito de São João da Vacaria, em Virgem da Lapa, possibilitando a instalação do sinal de telefonia móvel prevista pelo programa Minas Comunica II;



nº 722/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para o fornecimento de telefonia móvel ao Distrito de São João da Vacaria, em Virgem da Lapa, no âmbito do programa Minas Comunica II;

nº 724/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para o fornecimento de telefonia móvel ao Distrito de Catuni, em Francisco Sá, no âmbito do programa Minas Comunica II;

nº 725/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para fornecimento de telefonia móvel ao Distrito de Vila Pereira, em Nanuque, no âmbito do programa Minas Comunica II;

nº 726/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as ações do Estado referentes à política habitacional;

nº 727/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais pedido de providências para a publicação de edital de concorrência para recuperação e repavimentação asfáltica da MG-320, entre Jaguaraçu e Marliéria;

nº 728/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita técnica às obras da BR-381, nos lotes 1 e 2, trecho compreendido entre Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo, para que sejam averiguadas as condições de segurança de tráfego do local;

nº 729/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita técnica às obras da BR-381, nos lotes 4 e 5, no subtrecho Ribeirão Prainha e Acesso Sul de Nova Era e no subtrecho Acesso Sul de Nova Era e Monlevade, para que sejam averiguados o andamento das obras, as condições de segurança de tráfego do local e a qualidade do trabalho desenvolvido;

nº 730/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita técnica às obras da BR-381, no lote 6, no subtrecho entre João Monlevade e Rio Una, para que sejam averiguados o andamento das obras, as condições de segurança de tráfego do local e a qualidade do trabalho desenvolvido;

nº 731/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita técnica às obras da BR-381, no lote 7, no subtrecho Rio Una MG-435 (Caeté), para que sejam averiguados o andamento das obras, as condições de segurança de tráfego do local e a qualidade do trabalho desenvolvido;

nº 732/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita técnica às obras da BR-381, nos lotes 8 A e 8 B, nos subtrechos entre a MG-435 (Caeté) e a entrada da MG-020, para que sejam averiguados o andamento das obras, as condições de segurança de tráfego do local e a qualidade do trabalho desenvolvido;

nº 733/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais pedido de providências para a publicação de edital de concorrência para recuperação e repavimentação asfáltica da MG-820, entre São Domingos do Prata e Dionísio;

nº 734/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais pedido de providências para a publicação de edital de concorrência para recuperação e repavimentação asfáltica da MG-474, trecho entre a entrada da BR-116 e Piedade de Caratinga;

nº 735/2015, do deputado Neilando Pimenta, em que solicita seja realizada audiência pública em Almenara para debater a necessidade de asfaltamento do trecho da BR-367, entre Almenara e Salto da Divisa;

nº 736/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais pedido de providências para a publicação de edital de concorrência para recuperação e repavimentação asfáltica da MG-329, trecho entre a entrada da BR-116 e Bom Jesus do Galho;

nº 737/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais pedido de providências para a publicação de edital de concorrência para recuperação e repavimentação asfáltica da MG-120, entre Nova Era e São Domingos do Prata;

nº 738/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais pedido de providências para a publicação de edital de concorrência para recuperação e repavimentação asfáltica do acesso da BR-458 até Bugre;

nº 739/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais pedido de providências para a publicação de edital de concorrência para recuperação e repavimentação asfáltica do acesso da BR-458 até Ipaba;

nº 740/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Diretoria-Geral do DER-MG pedido de providências para promover concurso público a fim de suprir as necessidades da autarquia;

nº 741/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater um plano de ação para transporte de cargas especiais ou excedentes e um plano emergencial para enfrentamento e combate a congestionamentos nas estradas de Minas Gerais;

nº 742/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o plano de desenvolvimento do Aeroporto da Pampulha, bem como os novos voos regionais e nacionais que passam a operar no referido terminal a partir de março de 2015;

nº 743/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a duplicação da MG 424, que interliga Sete Lagoas e Pedro Leopoldo;

nº 744/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a reativação do Aeroporto Regional do Circuito das Águas;



nº 745/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações acerca do cronograma previsto para a execução das obras de melhoramento e pavimentação do trecho da MG-129, entroncamento da BR-381 entre São Gonçalo do Rio Abaixo e Santa Bárbara;

nº 746/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de providências para que seja exigido da Autopista Fernão Dias, concessionária da Rodovia Fernão Dias - BR-381 -, um plano para situações de emergência, como a ocorrida no período de 21 a 23 de março de 2015;

nº 747/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para que seja dada celeridade na liberação da ordem de serviço para execução dos trabalhos de melhoramento e pavimentação do trecho da MG-129, entroncamento da BR-381 entre São Gonçalo do Rio Abaixo e Santa Bárbara;

nº 748/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado à Autopista Fernão Dias, concessionária da Rodovia Fernão Dias - BR-381 -, manifestação de repúdio devido ao despreparo no atendimento e solução rápida de casos de acidentes e panes, como a ocorrida no período de 21 a 23 de março de 2015;

nº 749/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG e ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a situação das obras de pavimentação da MG-760 - entroncamento BR-262 - Cava Grande - contorno de Timóteo - e a possibilidade de retomada das obras, paralisadas desde o final de 2013;

nº 834/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os investimentos do PAC da mobilidade urbana;

nº 835/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a estadualização do Anel Rodoviário;

nº 836/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os projetos de trânsito para a reforma do Anel Rodoviário em Belo Horizonte;

nº 837/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater, em audiência pública, a gratuidade do transporte intermunicipal para idosos;

nº 838/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a realidade hídrica no Estado;

nº 839/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para que seja instalada sinalização adequada na MG-232, em frente ao estabelecimento Comercial Andrade, situado no Bairro Industrial, em Santana do Paraíso;

nº 840/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a pavimentação da MG-678, que liga Araçuaí a Novo Cruzeiro e Ladainha, dentro das obras do programa Minas Logística, também denominado Caminhos de Minas;

nº 842/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação hídrica e o abastecimento de água no Vale do Aço;

nº 843/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as condições dos serviços prestados pela Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. na região de Araçuaí;

nº 844/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação hídrica e o abastecimento de água nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce e suas perspectivas;

nº 845/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a implantação da MG-760, o seu traçado e as suas ligações e alças;

nº 846/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater, em audiência pública, a possibilidade de transposição da roleta pelo idoso e a qualidade do atendimento dispensado a essa parcela da população durante a utilização do transporte gerenciado pelo DER-MG na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 848/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação das obras do metrô em Minas Gerais;

nº 849/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita à área do Complexo Viário Sul, entre Belo Horizonte e Nova Lima;

nº 850/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os serviços prestados pela BHTrans;

nº 853/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a construção do Complexo Viário Bunitis, em Belo Horizonte;

nº 854/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a construção do Complexo Viário Barão-Raja, em Belo Horizonte;

nº 857/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para a inclusão do trecho da rodovia que liga o Município de Senador José Bento à sede do Município de Borda da Mata, nas proximidades do Bairro do Cervo, no âmbito do programa Caminhos de Minas;

nº 858/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para a retomada das obras de pavimentação do trecho da rodovia que liga o Distrito de Douradinho ao Município de Machado, no âmbito do programa Caminhos de Minas;



nº 860/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para a inclusão do trecho da rodovia que liga a MG-290 ao Distrito de Sertãozinho, em Borda da Mata, no âmbito do programa Caminhos de Minas;

nº 864/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para a inclusão do trecho da rodovia MG-295, que liga Consolação a Cambuí, no âmbito do programa Caminhos de Minas;

nº 866/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para a inclusão do trecho da rodovia que liga a MG-290 ao Distrito de Pântano dos Rosas, em Pouso Alegre, no âmbito do programa Caminhos de Minas;

nº 868/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada visita à Superintendência Regional do Dnit em Minas Gerais para averiguar a situação atual das obras de duplicação da BR-381, especialmente no que se refere ao processo de reassentamento das famílias que residem às margens da rodovia, ao atraso no repasse de verbas para execução das obras e à auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União;

nº 869/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada audiência pública em Montes Claros para debater o andamento do projeto e o planejamento da execução das obras do Anel Rodoviário de Montes Claros e a duplicação da BR-135 e da BR-251;

nº 870/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o balanço anual da Copasa-MG referente ao ano de 2014;

nº 871/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação de risco da Creche Lar da Criança, em Teófilo Otôni;

nº 872/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita à Creche Lar da Criança, em Teófilo Otôni, para averiguar as condições de funcionamento da entidade;

nº 873/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita ao BRT-Move da Região Metropolitana de Belo Horizonte para averiguar as condições de operação do sistema;

nº 874/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada visita ao BRT-Move de Belo Horizonte para averiguar as condições de operação do sistema;

nº 875/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a implantação de transporte público rápido e direto, tal como o BRT-Move Metropolitano, de Belo Horizonte a Matozinhos;

nº 876/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Telefonia Vivo pedido de providências para o fornecimento de sinal de telefonia móvel ao Distrito de Aimorezinho, em Serra dos Aimorés;

nº 878/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Telefonia Tim pedido de providências para o fornecimento de sinal de telefonia móvel ao Distrito de Aimorezinho, em Serra dos Aimorés;

nº 880/2015, da deputada Cristina Corrêa, em que solicita seja realizada audiência pública em Santa Luzia para debater o transporte público da cidade;

nº 881/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Estadual de Telecomunicações pedido de providências para o cadastramento do Povoado de Pompéu, em Açucena, no âmbito do programa Minas Comunica II;

nº 883/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para o cadastramento do povoado de Pompéu, em Açucena, no âmbito do programa Minas Comunica II;

nº 885/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Telefonia Tim pedido de providências para o fornecimento de sinal de telefonia móvel e a instalação de sinal de torres de transmissão no Povoado de Pompéu, em Açucena, no âmbito do programa Minas Comunica II;

nº 886/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Telefonia Vivo pedido de providências para o fornecimento de sinal de telefonia móvel e a instalação de sinal de torres de transmissão no Povoado de Pompéu, em Açucena, no âmbito do programa Minas Comunica II;

nº 887/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Telefonia OI pedido de providências para o fornecimento de sinal de telefonia móvel e a instalação de sinal de torres de transmissão no povoado de Pompéu, em Açucena, no âmbito do programa Minas Comunica II;

nº 888/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação da MG-176, no trecho entre os municípios de Luz e Dores do Indaiá, que se encontra em condições precárias, principalmente em razão do tráfego de caminhões pesados;

nº 889/2015, dos deputados Isauro Calais, Carlos Pimenta e Bonifácio Mourão, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater o transporte aéreo regional no Estado, diante da transferência de todos os voos regionais do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, na Pampulha, para o Aeroporto Internacional Presidente Tancredo Neves, em Confins;

nº 890/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para que intervenha junto à Agência Nacional de Aviação Civil para possibilite a transferência da linha comercial de voo da Gol Linhas Aéreas para Juiz de Fora de Confins para o Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, na Pampulha;

nº 891/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as condições de operação do BRT-Move de Belo Horizonte;

nº 892/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as condições de operação do BRT-Move da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 948/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja realizada audiência pública em Dores do Indaiá para debater a situação da Rodovia MG-176 no trecho entre os Municípios de Luz e Dores do Indaiá;



nº 949/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Vivo Telefonia pedido de providências com vistas à celeridade no cumprimento do Chamamento Público nº 001/2014 do Minas Comunica II, o qual destinou fornecimento de telefonia móvel ao Distrito de Cava Grande, em Marliéria;

nº 950/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas, ao Departamento de Estradas de Rodagem e à Concessionária Nascentes das Gerais pedido de providências para a execução eficiente do contrato de parceria público-privada de concessão patrocinada da Rodovia MG-050 e a realização da obra com a urgência que o interesse público demanda;

nº 952/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas, ao Departamento de Estradas de Rodagem e à Concessionária Nascentes das Gerais pedido de informações sobre as metas e cronogramas pactuados acerca da construção dos trevos no entrocamento da Rodovia MG-050 com a Avenida Arlindo Figueiredo e com o Distrito Industrial 2, decorrentes do contrato de parceria público-privada de concessão patrocinada da Rodovia MG-050;

nº 953/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as falhas técnicas apresentadas nos viadutos construídos na Avenida Pedro I, em Belo Horizonte, e os transtornos causados aos moradores da região;

nº 954/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para a retomada das obras de reforma e ampliação do Aeroporto de Patrocínio.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2015.

Deiró Marra, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/4/2015

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Alberto. Havendo número regimental, a presidente, deputada Geisa Teixeira, declara aberta a reunião, aprova a ata, que é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação de centenas de trabalhadores da Mineração Belocal Ltda., localizada no Município de Matozinhos, que está com suas atividades paralisadas há três semanas por questões relacionadas com o licenciamento ambiental. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Geraldo Vitor de Abreu, superintendente da Supram Central, representando Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Mauro da Fonseca Ellovitch, promotor de justiça e coordenador regional das Promotorias de Meio Ambiente; Antônio Divino de Souza, prefeito municipal de Matozinhos; Júlio César de Oliveira, secretário municipal de Desenvolvimento Social de Matozinhos; e Joaquim Miranda, diretor do Sindicato das Indústrias do Mobiliário de Construção Civil de Pedro Leopoldo; que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado João Alberto, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2015

Celinho do Sinttrocel, presidente - Geisa Teixeira - Tito Torres.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/4/2015

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Carlos Pimenta e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 287/2015, em turno único, do qual designou como relatora a deputada Celise Laviola. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 985/2015, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que solicitam seja realizada visita à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher para verificar as condições de trabalho e as investigações realizadas no local;

nº 986/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhados ao governador do Estado, ao Secretário de Estado de Defesa Social e ao Chefe da Polícia Civil as notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública e pedido de providências para que seja garantido o funcionamento do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Raciais e de Intolerância no âmbito institucional da Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária, com autonomia de atuação em todo o Estado, considerando que o repúdio ao racismo é princípio da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, que é objetivo desta República promover o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, e que a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível;

nº 987/2015, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que solicitam seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar, ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para que a plataforma de *software* do Registro de Evento de Defesa Social seja adequado de modo a agilizar o registro de ocorrências envolvendo crimes sociais e de intolerância.



Submetido a votação, é aprovado relatório de visita ao 2º Batalhão de Bombeiros Militar de Minas Gerais, no dia 1º/4/2015, para apurar as condições de trabalho dos bombeiros militares, a falta de equipamentos, viaturas, combustível e demais necessidades para a manutenção do funcionamento de suas instalações, o qual é publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Paulo Lamac.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Segurança Pública

Local visitado: 2º Batalhão de Bombeiros Militar de Minas Gerais, em Contagem

Apresentação

A requerimento do deputado Sargento Rodrigues, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 1º/4/2015, o 2º Batalhão de Bombeiros Militar de Minas Gerais, sediado na Av. João César de Oliveira, 3.744, Bairro Eldorado, em Contagem, para apurar as condições de trabalho dos bombeiros militares, a falta de equipamentos, viaturas, combustível e demais necessidades para a manutenção do funcionamento de suas instalações.

Participou da visita o deputado Sargento Rodrigues, presidente da comissão, que foi acompanhado pelo Ten.-Cel. BM Geraldo Henrique Medeiros, comandante do 2º BBM, e pelo Maj. BM Anderson de Almeida, subcomandante da unidade.

A comissão foi recebida pelo Ten.-Cel. BM Medeiros, a quem o deputado Sargento Rodrigues esclareceu que o objetivo da visita era o de ajudar a instituição, pois, se constatada a eventual falta de recursos financeiros e operacionais daquele batalhão, a comissão poderia solicitar ao Poder Executivo informações sobre as razões do eventual contingenciamento de recursos e a adoção de providências para regularizar a situação.

Para tanto, no exercício fiscalizatório da administração pública, a comissão solicitou ao comandante da unidade informações sobre o número de viaturas do batalhão, quantas estão ativas, quantas estão baixadas e o valor dos repasses financeiros àquela unidade nos últimos três anos.

Durante a visita, a comissão percorreu as dependências da unidade e compareceu à oficina, à piscina, ao almoxarifado e ao posto de abastecimento.

De acordo com informações prestadas pelo Maj. BM Almeida, o 2º Batalhão de Bombeiros é responsável pelos atendimentos de Contagem e de outros 29 municípios. Para tanto, a unidade conta com 30 viaturas operacionais, das quais 10 encontram-se baixadas.

Na oficina do batalhão, 11 militares prestam serviços de manutenção de viaturas, mas consertos especializados são realizados em oficinas particulares escolhidas em um cadastro mantido pela empresa Valecard.

Quanto ao combustível, o subcomandante da unidade destacou que não há falta dele para abastecimento das viaturas; entretanto, não há combustível para abastecer as motosserras da unidade (do total de seis, quatro estavam desativadas). O subcomandante da unidade destacou que o posto de abastecimento do batalhão pode atender veículos de todos os órgãos do Estado e que o antigo sistema analógico de abastecimento foi substituído por um modelo digital, mais econômico. No entanto, segundo ele, esse novo modelo não pode ser adaptado para o abastecimento de motores estacionários, como as motosserras, que necessitam de um sistema paralelo de abastecimento.

Na área da piscina, a comissão foi informada de que a água precisa receber tratamento diário para permitir o uso da piscina pelos militares e pela população civil.

No almoxarifado, a comissão constatou que atualmente há falta de cloro no batalhão, comprometendo a prestação de serviços como o Prodinata, projeto social de ensino de natação, e o programa "De bem com a água, de bem com a vida", destinado a crianças e adolescentes de até 14 anos em situação de vulnerabilidade social.

O subcomandante do batalhão também destacou que não houve repasse de recursos para a unidade nos três primeiros meses de 2015.

Conclusão

A comissão constatou que, apesar de transtornos como a falta de cloro para manutenção da piscina de treinamento dos bombeiros e do contingenciamento do combustível para funcionamento de motosserras, o 2º Batalhão de Bombeiros Militar de Minas Gerais tem conseguido garantir o atendimento das demandas e a continuidade dos serviços prestados à população.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2015.

João Leite - Carlos Pimenta - Mário Henrique Caixa.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/4/2015

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)
(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 196/2015, do deputado Gilberto Abramo, que solicita seja encaminhado ao secretário de Casa Civil pedido de informações sobre os valores gastos com publicidade nos últimos quatro anos pelo governo do Estado e os nomes das empresas contratadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 200/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao comandante da 2ª Região da Polícia Militar de Betim pedido de informações sobre a quantidade de máquinas de caça-níqueis apreendidas nos últimos 12 meses e sobre o número de Reds dessas apreensões. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 212/2015, da Comissão de Participação Popular, que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre a concessão do Sistema BRT-Move da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de envio de cópia do contrato da referida concessão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 214/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, que solicita seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre o número de profissionais cedidos às Apaes prejudicados pela declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100, de 2007, bem como sobre as alternativas para o prosseguimento da cessão de profissionais da educação para essas instituições. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 284/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre os trechos rodoviários atualmente em recuperação ou em melhoria abrangidos pelo programa estruturador Caminhos de Minas e o cronograma das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 2/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Célio Dantas de Brito para o cargo de diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 3/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Roberto do Nascimento Rodrigues para o cargo de presidente da Fundação João Pinheiro - FJP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 4/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Renato Fraga Valentim para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias - Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 5/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Evaldo Ferreira Vilela para o cargo de presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 1/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Jorge Raimundo Nahas para o cargo de presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 8/2015, do procurador-geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 28/4/2015****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/4/2015****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública, com convidados, para debater o cronograma e o andamento das obras de duplicação da BR-381 e a duplicação do trecho Governador Valadares-Belo Horizonte, incluindo os estudos contratados e aprovados pelo Dnit e as soluções que serão adotadas para finalizar a obra.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 28/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 589, 635 e 725/2015, do deputado Fred Costa.

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 3/2015, do deputado Arlen Santiago; Projeto de Lei Complementar nº 9/2015, do deputado Roberto Andrade; Projetos de Lei nºs 35, 60, 127, 159, 228 e 240/2015, do deputado Fred Costa; 262/2015, do deputado Paulo Lamac; 264/2015, do deputado Inácio Franco; 315/2015, do deputado Arlen Santiago; 334, 362, 369, 375 e 399/2015, do deputado Fred Costa; 423/2015, do deputado Gustavo Valadares; 425/2015, do deputado Paulo Guedes; 481, 539, 550, 557 e 655/2015, do deputado Fred Costa, e 714/2015, da deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 386/2015, do deputado Fred Costa; 599/2015, do deputado Gustavo Valadares; 692/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 694/2015, do deputado Fabiano Tolentino, e 730/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 28/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 434/2015, do deputado Fábio Avelar Oliveira.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 401/2015, do deputado Léo Portela; e 440/2015, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 271 e 272/2015, do deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 28/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 420/2015, do deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 494/2015, do deputado Douglas Melo.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 28/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 411/2015, do deputado Thiago Cota; 495/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 28/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Prosseguimento do debate, com a presença de convidados, sobre as ações de conscientização a respeito dos transtornos do espectro do autismo - TEAs - e a necessidade da implementação de políticas públicas efetivas voltadas às pessoas com TEAs e suas famílias.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 29/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 260/2015, do deputado Paulo Lamac.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 433/2015, da deputada Marília Campos.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 29/4/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, com a presença de convidados, as políticas públicas para a agricultura familiar e a estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 5/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública, com a presença de convidados, para discutir os efeitos da Resolução nº 4.751, da Secretaria de Estado de Fazenda, de 9 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre atividade especial de padronização dos tratamentos tributários diferenciados.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2015

Nos termos regimentais, convoco os deputados Isauro Calais, Douglas Melo, Iran Barbosa, João Vítor Xavier e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/4/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2015.

Isauro Calais, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/4/2015, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 421, 422, 432, 441 a 444, 469, 486, 496 a 498/2015, do deputado Cabo Júlio, 423 a 425, 499 a 502/2015, do deputado Sargento Rodrigues, 448/2015, do deputado Douglas Melo, 454/2015, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, 466/2015, do deputado Antônio Jorge; de debater, em audiência pública, os problemas decorrentes do uso irregular das vias públicas no entorno do Estádio Governador Magalhães Pinto - Mineirão -, em especial aqueles relativos ao trânsito local, comércio ilegal de bebidas e alimentos, perturbação do sossego público e prática de atos obscenos; de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Minas e Energia e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Glaycon Franco, João Vítor Xavier e Tony Carlos, membros da Comissão de Minas e Energia, e os deputados Elismar Prado, Roberto Andrade, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para a reunião a ser realizada em 30/4/2015, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o iminente aumento na tarifa de energia elétrica e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2015.

Gil Pereira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os deputados Emidinho Madeira, Inácio Franco, Nozinho e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/4/2015, às 13 horas, na Câmara Municipal de Nova Resende, com a presença de convidados, com a finalidade de discutir a constituição do Consórcio Regional para o Desenvolvimento do Café no Sul e Sudoeste de Minas e o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Cafeicultura, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os deputados Emidinho Madeira, Inácio Franco, Nozinho e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/5/2015, em Uberaba, no Salão Nobre da Associação Brasileira dos



Criadores de Zebu - ABCZ -, com a presença de convidados, com a finalidade de discutir as políticas públicas e o desenvolvimento do agronegócio em Minas Gerais, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 22/4/2015

A deputada Rosângela Reis* - Sr. Presidente, deputadas e deputados presentes, imprensa, pessoas que nos assistem pela TV Assembleia, quero saudar todos os servidores da saúde, da Asthemg, e também os servidores do Ministério Público. A causa de vocês é justa e lícita. Vocês merecem o que estão pleiteando, e estamos aqui para votar os projetos da pauta de hoje.

Sr. Presidente, quero dizer que já estamos, há quatro meses, no mandato, em um novo governo, de cuja base faço parte, e acreditando que o governador Pimentel, que assumiu, fará uma gestão séria e respeitosa para todos que vivem no Estado. Tenho certeza de que a população mineira está esperando e acreditando que novos rumos virão, que novas ações e programas virão para contribuir, de fato, com o crescimento do Estado, para que haja um maior investimento nas políticas públicas sociais. É isso que a população espera dos representantes políticos.

Nesta Casa, presidente, tenho visto brigas políticas de dois grupos: um que defende o governo passado, e outro que defende o governo atual. Mas o debate das justificativas só desgasta o Parlamento e descredibiliza os parlamentares. A boa política é defender, de fato, aqueles que pagam seus impostos. É papel do Estado reverter os impostos em serviços para a saúde, para a educação, para a segurança pública, para o aumento dos empregos. As pessoas precisam viver com qualidade. O governo federal e o Estado têm o papel de realizar as políticas públicas com eficiência. Esse é um direito dos cidadãos mineiros.

Então venho a esta tribuna denunciar a grave situação que os nossos cidadãos mineiros vêm enfrentando, principalmente os do Vale do Aço, no atendimento da saúde. Há muitas pessoas morrendo por falta de atendimento médico e de hospitais, somente com serviços primários, que não recebem pacientes com todos os tipos de problemas. Para mim, deputados, há hospitais somente com fachada de hospital. Neles falta estrutura de pessoal, equipamentos e profissionais. Há deficiência de investimentos nesses hospitais para que eles possam, de fato, resolver o problema que está na ponta. O repasse dos recursos do Estado está atrasado para os hospitais, e há uma demora nas decisões e na apresentação de programas voltados para a saúde.

Então, deputado Gustavo, o governo precisa apresentar programas e trabalhar.

Entendo isso: que nós não fiquemos aqui, no Parlamento, com essas defesas. Queremos resposta do governo para que tenhamos na ponta a nossa representatividade e possamos corresponder com aquilo que estamos fazendo, que é essa a nossa missão como parlamentares.

Quero apresentar um exemplo claro: da Sra. Eni Gonçalves da Silva Ferreira, de 56 anos, feirante, que sofreu um aneurisma e está necessitando de uma neurocirurgia. Ela está há 15 dias num pronto-socorro municipal, com fachada de hospital municipal. Eu entendo, deputado Vanderlei Miranda, que é irresponsabilidade representantes públicos, que ali estiveram, colocar isso como placa e, de fato, a instituição não funcionar como hospital municipal na cidade de Ipatinga. Essa senhora está precisando de um leito de UTI, há 15 dias, e está dependendo do encaminhamento da central de leitos da região e do Estado. Já fiz contatos, já fiz interferências, já fiz tudo o que eu pude fazer, mas infelizmente o órgão público responsável ainda não deu uma resposta efetiva, uma resposta para que se possa transferir essa senhora, que está à beira da morte.

E aqui eu venho trazer a voz de muitos, tenho certeza, e não somente citar esse caso. Dezenas, talvez centenas de pessoas estão precisando de leitos, e não há. Hoje no Vale do Aço há uma deficiência de mais de 200 leitos hospitalares. Entrou o governo passado, está aí o governo atual, em que estamos acreditando, e não fizeram isso até agora. Estão expandindo, ampliando hospitais regionais, mas, infelizmente, ainda não deram conta de terminar e colocar em funcionamento esses hospitais no nosso estado.

Fica aqui registrada minha indignação ao sistema SUS, que é precário. Não podemos enganar as pessoas. Elas acham que têm um sistema para ser atendidas quando precisam e não chegam a ser atendidas nesses hospitais. Às vezes deixam de fazer um plano mínimo de saúde, ou não têm condições de pagar um plano de saúde. Então o Estado está enganando as pessoas, e elas estão acreditando que lá encontram esse serviço completo.

O povo está pagando caro. Está pagando a conta de luz, deputado, a conta de água; pagando impostos para serem revertidos em serviços, principalmente de saúde, e não está tendo retorno.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* - Obrigado, deputada Rosângela Reis. Quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento e por sua luta também.

Quero lembrar aqui um ato do governo passado, gravíssimo, que foi o termo de ajustamento de gestão - TAG -, em que o governo deixou de investir o mínimo constitucional em saúde. Aliás, não fez os investimentos diretos, mas colocava investimentos em outras áreas na conta da saúde. Essa é uma questão grave, que graças a Deus foi corrigida.

Quero falar, com relação à agricultura familiar, sobre a questão da medalha, como foi dito aqui. A medalha que o Stedile recebeu não foi só para ele. Na verdade, aquele ato representa muito mais: representa milhares e milhares de trabalhadores brasileiros, trabalhadoras brasileiras, pequenos produtores, principalmente aqueles que se dedicam à agricultura familiar, que é fundamental para a economia do País e para todos nós. É esse pessoal que coloca comida na mesa.

Quero dizer que tive muito orgulho, quando fui deputado federal, de ter aprovado uma lei por meio da qual garantimos a inclusão de 9 milhões de alunos do ensino médio que estavam fora do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae - e passaram a receber



também os recursos para a merenda. Incluímos um item muito importante. Foi anexado ao nosso projeto o Programa de Aquisição de Alimento - PAA -, que é a venda direta e está gerando milhares e milhares de empregos no campo, melhorando a alimentação nas creches, entidades e escolas e, principalmente, gerando renda para esses pequenos produtores.

Já estou concluindo, deputada Rosângela Reis. Do governo do PSDB, existem apenas R\$900.000.000,00 do Pnae. Só para se ter uma ideia, saltamos, no governo do presidente Lula, de R\$900.000.000,00 para mais de R\$3.000.000.000,00 de investimentos, e 30% desses R\$3.000.000.000,00 são dedicados a incentivar a agricultura familiar e a venda direta, gerando emprego para os pequenos produtores.

Quero parabenizar a deputada Rosângela Reis pela luta e preocupação com a sua região e todo o Estado em relação à saúde, principalmente, que, como V. Exa. diz aqui, é uma questão realmente essencial. Além disso, quero me declarar favoravelmente aos companheiros que estão na nossa plenária, na nossa Casa, aguardando a votação que, em breve, faremos aqui. Obrigado, deputada.

A deputada Rosângela Reis* - Obrigada, deputado Elismar Prado. Gostaria de dar continuidade à minha fala. Somos sete deputadas na Assembleia Legislativa: Geisa Teixeira, Arlete Magalhães, Ione Pinheiro, que está aqui presente, Marília Campos, Cristina Corrêa, Celise Laviola e eu. Iniciamos um trabalho na Casa para trazer um assunto que é importante sobre a reforma política: o que as mulheres de Minas querem da reforma política? Houve aqui uma das maiores mobilizações já feitas: o ciclo de debates sobre a reforma política que ocorreu em comemoração do Dia Internacional das Mulheres. Nesse ciclo de debates, foram trazidos assuntos importantes.

Está também havendo um desdobramento. Foi criada a Comissão Extraordinária das Mulheres na Casa, na qual estou na presidência e que interiorizará o debate desse ciclo em cinco encontros, que já estão agendados para os meses de maio e junho. Nesses encontros, falaremos sobre a reforma política e trataremos da PEC nº 16, que é uma proposta dos movimentos sociais - aliás, foram várias as reuniões que ocorreram na Casa -, e dos movimentos representativos de mulheres para que se garanta uma vaga e haja uma representação feminina na Mesa da Assembleia. O deputado Fábio Cherem é o relator dessa PEC.

Hoje ocorreu mais uma discussão a fim de avançarmos nos critérios que podem ser definidos para a escolha dessa representatividade. A Mesa diretora representa o maior espaço de poder na Assembleia Legislativa.

Em comparação ao que é exigido - 30% das cotas preenchidas para que as mulheres sejam candidatas -, somos 52% da população e representamos 52% do eleitorado brasileiro. Então, nessa exigência dos 30%, estamos buscando o espaço para avançar e obter realmente as vagas nos partidos - aliás, que não haja esse preenchimento com nomes de mulheres-laranjas. Não aceitamos mais esse complemento de chapas partidárias. O que queremos, de fato, é que as mulheres venham se somar à política brasileira e realmente possam ter vez e voz no parlamento brasileiro.

Essa PEC já foi votada e aprovada na Câmara Federal. Na Câmara, a PEC está assegurando vaga também nas comissões; aqui não. Aqui estamos buscando o entendimento com os deputados para que seja apenas na Mesa desta Casa. Então peço apoio. Levaremos esse assunto na comissão das mulheres para que possamos mobilizar também as mulheres de Minas nessa luta e nessa causa tão justa e tão lícita.

Presidente, agradeço a oportunidade.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Arlen Santiago* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, queremos esclarecer o pessoal do Ministério Público de que há várias etapas na nossa reunião e que, na hora destinada a votação, a oposição estará toda pronta para votar o projeto de vocês.

Antes disso, queríamos lembrar que realmente não é fácil, é muito difícil, prometer uma coisa e entregar outra. Quero cumprimentar e falar sobre o comando de greve e o pessoal da Asthemg, que está sendo tripudiado e esmagado por um governo que prometeu tudo e nega tudo, trazendo-lhes a polícia com truculência.

Mas o jornal do Conselho Federal de Medicina de hoje coloca a realidade da saúde, sobre a qual a deputada Rosângela Reis falou aqui tão bem. Infelizmente o governo federal deu pedalada fiscal; fez o banco pagar os projetos que não davam conta de pagar; e empresta, por meio da agiotagem de bancos oficiais, recursos para os hospitais rolarem suas dívidas a juros de quase 20%, e, para os amigos do Palácio do Planalto, juros de 5%. É por isso que a Santa Casa de Belo Horizonte vai mal e o Hospital da Baleia está com muito problema. Estivemos em Pouso Alegre, onde o Samuel Libânio, que faz um grande trabalho, está com mais de 50 milhões de dívidas. Semana passada estivemos em Juiz de Fora e vimos que os hospitais da região estão praticamente todos falidos; e a dívida dos hospitais filantrópicos está em mais de R\$17.000.000.000,00 no Brasil, e R\$2.000.000.000,00 no Estado.

Além do minguido orçamento que o governo federal do PT, da Dilma, coloca na saúde, eles ainda pegaram e não aplicaram R\$10.000.000.000,00. Se Minas Gerais é 10% do País, teria direito, se o orçamento ruim que foi feito fosse aplicado, a R\$1.000.000.000,00 a mais, o que daria para cumprir com o pessoal da Fhemig um salário digno e justo pelo maravilhoso trabalho que faz.

Mas acontece que algumas pessoas pregam a mentira durante muito tempo. Aí nos remetemos a mais de dois mil anos atrás, quando Jesus Cristo provou da traição de Judas Iscariotes. Têm de ser identificados os Judas Iscariotes que estão aí, perseguindo as efetivadas, o pessoal que não quer dar posse a quem passou no concurso. Se se aposentaram mais de 15 mil pessoas do ano passado para cá, então poderiam dar posse. A perseguição aos professores ainda vai ser maior. Em Montes Claros, chamaram 53 pessoas que passaram no concurso. E sabem o que fizeram? Essas 53 professoras foram fazer uma videolaparoscopia, e deram bomba em 28 delas. São professoras efetivas, que, à tarde, são aptas. Mas, pela manhã, pelo governo estadual que está aí, elas são inaptas. Vai todo o mundo ganhar na Justiça. Vão encher a Justiça de processos e perseguir o pessoal da educação.

Vimos no orçamento enviado que diminuíram em R\$100.000.000,00 a verba para vacinar crianças, perseguindo esse governo as crianças. Mas não é só isso. Também não mandaram um centavo até hoje para os prefeitos fazerem o transporte escolar, perseguindo, mais uma vez, deputados Gustavo Corrêa e Tito Torres, as crianças. Perseguem na saúde e na educação.



Lembro-me do dia em que perguntei a uma pessoa que virou superintendente do Inbra em Minas Gerais por que ela não melhorava a questão da reforma agrária no governo federal do PT. As desapropriações diminuíram. Pior: colocam o povo debaixo da lona preta e não colocam água para eles, não furam poço artesiano. Perguntei a esse superintendente do Inbra por que ele não fazia como quando ia a Ouro Preto, no dia 21 de abril, e baixava as calças, colocando as nádegas na Kombi, fazendo um negócio que nem sei o que é. Mostrando as nádegas, ele achava que ia afrontar o pessoal que recebeu a Medalha da Inconfidência. Mas, na reforma agrária, ele não fazia mais isso porque já estava em um cargo em que a companheirada o colocou. Agora o que vemos é o seguinte: temos na Fhemig o assédio moral o tempo todo. A Fhemig chama grevistas hoje, a porta fechadas, e lê matérias na intranet para eles cujo teor são ameaças a grevistas. Isso, sim, João Leite, é fascismo, é nazismo, é terrorismo com quem ganha pouco. E o governo acaba não querendo cuidar deles.

Também a Fhemig põe em risco pacientes. Mesmo ciente de que, com a greve, o número de funcionários se reduziu, a Fhemig orientou a direção dos hospitais a não reduzir os atendimentos, transferindo os pacientes não graves para outros hospitais, como acontece em dias comuns.

A Fhemig mente na imprensa sobre o atendimento dos pacientes. Nunca antes na história das greves conduzidas pela Asthemg, e foram várias, até duas por ano, no governo anterior, houve judicialização do conflito. Mas, na primeira semana de greve, a Fhemig impetrou ação na Justiça, com o objetivo de derrotar e humilhar os trabalhadores, e não com a intenção de dialogar com eles.

Quero cumprimentar todos, na pessoa da Nízia e da Cristiane, que, com vontade e coragem, enfrentam o nazismo, o fascismo e o terrorismo. Como se todos os itens acima não fossem suficientes, a Fhemig chama a Polícia Militar para dentro do Hospital João XXIII, nesse último feriado de 21 de abril. A nossa querida e gloriosa Polícia Militar é chamada e atende. A PM e a direção do hospital andaram lado a lado, foram de setor em setor fazendo listas dos funcionários, enfermeiras e enfermeiros em greve. Lembrando o SNI da época da ditadura, a ditadura de Cuba e Venezuela, para onde o dinheiro brasileiro está indo. A direção petista da Fhemig junto com a PM, impassível, ameaçou e coagiu os funcionários.

Enquanto falavam de democracia em Ouro Preto, a Polícia Militar e principalmente a direção da Fhemig coagiam e intimidavam grevistas, a maioria são mulheres mal-remuneradas, em seus próprios locais de trabalho, impedindo-as de exercer o direito constitucional de fazer greve.

Há poucos dias, vimos o pessoal da Asthemg... Tiraram a televisão do ar. É assim que tratam o povo da Fhemig.

A transmissão voltou? Ótimo. Sabemos que este Parlamento não vai abaixar a cabeça, não vai aceitar intimidações das pessoas que estão ao lado dos sindicatos, mas os estão traíndo. Participei de uma audiência na Comissão de Administração Pública, quando constaram as palavras dos sindicalistas do Ipsemg e da Asthemg. Aprovamos uma audiência pública na Comissão de Saúde, em que a Asthemg, representante da Fhemig, terá direito de falar e mostrar a perseguição, que infelizmente este governo terrorista está fazendo. Como acredito, deputados João Leite e Cristiano, na Comissão de Direitos Humanos, mandaremos um requerimento a essa comissão, para apurarmos a perseguição da direção petista da Fhemig às pessoas da Asthemg, atrapalhando o trabalho dessas pessoas.

Meus caros amigos, quero dizer que apresentaremos requerimentos para retornarmos as coisas aos lugares certos. Colocam gente de fora para dirigir o Ipsemg e a Fhemig, mas já entramos com um projeto de lei dizendo... Se por acaso o PT deixar as coisas caminharem nesta Assembleia e a votação que interessa aos trabalhadores da saúde acontecer, esse projeto de minha autoria será votado. O projeto diz que qualquer cargo de confiança do Ipsemg terá de ser exercido por pessoas efetivas do Ipsemg. A bancada de oposição já me disse, deputado Gustavo Corrêa, que faremos uma emenda ao projeto, para que, na Fhemig, o recrutamento seja feito por pessoas efetivas e para que a perseguição do atual governo pare.

Não esmoreçam. Vamos montar fileiras. Queremos que a Asthemg esteja o tempo todo vigilante.

Lembro-me de que um deputado estadual do PT, votado no Norte de Minas, reuniu os taxistas sobre a ponte e disse: "Vamos botar o governo do PSDB para fora, porque aí os taxistas poderão andar livremente". Mas cheguei em Buritis, na semana passada, e percebi que a ANTT, comandada pelo governo federal petista, não está apenas fazendo proibições aos taxistas, mas também os prendendo. Judas Iscariotes, Joaquim Silvério dos Reis, Calabar e Brutus, que assassinou quem o criou, é isso que estão fazendo com os sindicatos e com os funcionários. Disseram que viraria uma maravilha, e hoje vemos essa tragédia.

Podem ter a certeza de que a oposição não se calará. Poderão tentar nos intimidar de todas as maneiras possíveis, mas os funcionários da saúde e da educação terão, no bloco de oposição, pessoas vigilantes. O que foi prometido na campanha terá de ser cumprido.

Terminei meu discurso agradecendo ao Sr. presidente. Está aqui um democrata, uma pessoa que sabe muito bem perdoar, perdoar àquelas mãos que sempre tentam apunhalar. Aguentamos isso, mas não deixaremos que apunhalem o povo da Fhemig, que faz a saúde tão maravilhosa. Vamos à luta.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Tito Torres - Boa tarde, Sr. Presidente. Saúdo os deputados e as deputadas, assim como o público presente. Nós, da oposição, estamos aqui hoje e votaremos a favor do reajuste dos servidores do MP. Concordo plenamente com as palavras do deputado Arlen Santiago. Vamos lutar para melhorar as condições de vocês da Fhemig.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Obrigado, deputado Tito Torres. Cumprimento os servidores da saúde; parabéns pela luta de vocês, que realmente merecem a atenção de todos nós desta Assembleia. Obviamente que os deputados da oposição não se calarão. Estaremos aqui para cobrar do governo os compromissos assumidos durante a campanha. É isso que vocês merecem.

Vamos dizer também ao presidente do sindicato dos servidores do Ministério Público que estaremos aqui para votar o projeto de vocês e para lembrar o que aconteceu, no final do ano, com ele. A oposição, o PT e o PMDB, obstruiu-o aqui por três meses. Lembrarei a data da retirada dos projetos de vocês para que tenham consciência absoluta do que aconteceu.

Serei breve, deputado Tito Torres. Vim aqui para informar o Plenário de que foi aprovado hoje, deputado Gustavo Corrêa, meu líder de bloco, requerimento de minha autoria, na Comissão de Segurança Pública, com o seguinte teor: "Sr. Presidente da Comissão de Segurança Pública, o deputado que este subscreve requer de V. Exa, na forma regimental, seja enviado ao governador do Estado de



Minas Gerais e aos membros do conselho permanente, constituídos nos termos do Decreto nº 44.488, de 15/3/2007, manifestação de repúdio à concessão da Medalha da Inconfidência, honraria mais importante de Minas Gerais, ao líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Sr. João Pedro Stedile”.

Esse moço não é digno de receber medalha nem aqui nem em lugar nenhum deste país. Medalhas deveriam ser concedidas aos servidores da saúde e da educação. Esses, sim, merecem medalhas.

Esses, sim, têm serviços prestados em Minas Gerais.

Agora, pasmem, deputados Tito Torres, Gustavo Corrêa e ilustre deputado Adalclever Lopes. Para vocês entenderem, a concessão de medalhas é feita aos que prestam serviços em Minas Gerais, de acordo com a Lei nº 882, de 28/7/1952. “Art 1º - Fica criada a Medalha da Inconfidência, destinada a galardoar o mérito cívico do cidadão que, em Minas, se distinga pela notoriedade de seu saber, cultura e relevantes serviços à coletividade.”

Aí faço a indagação, deputado João Leite: onde esse moço prestou serviços em Minas Gerais? Qual é o reconhecimento notório de João Pedro Stedile aqui, em Minas Gerais? Portanto está aprovada a moção de repúdio. Prefiro, milhões de vezes, conceder uma medalha ao humilde servidor da educação, da saúde e da segurança pública, a conceder medalha a esse moço que não respeita a propriedade privada, que vai saquear fazendas produtivas, pratica formação de quadrilhas e está envolvido em uma série de crimes no País afora. Aqui veio o governador Fernando Pimentel, da Dilma, do Vaccari e do PT, conceder medalha a esse moço. Vejam o que esse governador está fazendo em Minas Gerais.

A Comissão de Segurança Pública aprovou hoje uma moção de repúdio. Quem sabe o governador Fernando Pimentel vai se lembrar dos servidores da saúde e conceder-lhes medalhas? Vamos à luta, vamos votar o projeto do Ministério Público. Com isso, deputado Tito Torres, encerro minhas palavras.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, aproveito a deixa do requerimento aprovado por V. Exa. para dizer que, como foi dito anteriormente, o Bloco Verdade e Coerência protocolou, na tarde de hoje, o projeto de resolução que visa sustar os efeitos do ato que concedeu ao Sr. João Stedile a grande Medalha da Inconfidência.

O que causa estranheza neste parlamentar, deputados João Leite e Gustavo Valadares, é ver determinados parlamentares que hoje subiram à tribuna defenderem o indefensável, conforme o dito popular. O governador de Minas, o Pimentel da Dilma e do Vaccari, mais uma vez, dá total demonstração de desrespeito ao povo mineiro. Em primeiro lugar, ele assinou o ato concedendo a referida medalha ao Sr. João Pedro Stedile, em que fere, de morte, o disposto nos dois artigos. Por mais que se busque enquadrar o agraciado em um dos atributos condicionantes do texto legal, os quais já foram lidos pelo Sargento Rodrigues, não se consegue.

A rigor, se o Sr. João Pedro Stedile possui alguma notoriedade em seu saber, essa é a notoriedade criminal, em função de vários processos que acumula. Afinal, ainda ecoa na mente de todos os brasileiros, sobretudo na dos mineiros, ações programadas, dirigidas e executadas pelo estrategista de invasão de terras e destruidor de laboratórios de pesquisas agropecuárias. Não bastassem esses atributos, a eles se junta a chefia de um exército pessoal, encarregado de ocupar as ruas dos centros urbanos para garantir os desmandos de um ex-presidente que quer, a todo custo, perpetuar-se no poder.

Aproveito também para solicitar ao governador do Estado de Minas Gerais, o Pimentel da Dilma e do Vaccari, que tem dito pelos quatro cantos de Minas que pegou um estado com déficit, que procura enxugar a máquina pública... Quantas vezes o governador foi à Cidade Administrativa nesses quatro meses de governo?

Em segundo lugar, deputado João Leite, o atual governador se encontra tão preocupado com a máquina pública que tem, à sua disposição, deputado Tito Torres, quatro ou cinco escritórios para despachar. Ele tem a Cidade Administrativa e o BDMG; terá um espaço no prédio da Cemig - e quero saber quem pagará essa conta, se seremos nós, usuários, com as tarifas que a presidenta da República está aumentando, pois, se assim for feito, a Cemig estará descumprindo o que está previsto; tem um escritório na Serra; e, por fim, amigos e amigas, está fazendo uma pequena reforma, deputado Gustavo Valadares, no Palácio das Mangabeiras - e até hoje não acabou, pois realmente quatro meses de reforma deve ser muito pouco, mas entendemos que isso é necessário para atender o conforto do governador. E ele já solicitou um estudo - e posso afirmar, pois tenho instrumentos para isso -, pois pretende se utilizar de um empréstimo junto ao BNDES - aquele banco do povo brasileiro que é usado para se fazer empréstimo de dinheiro aos amigos do presidente Lula e da presidente Dilma para comprarem empresas de que o filho do presidente é sócio - para comprar um novo avião, sem vender os velhos; comprará um novo para poder andar com conforto. Entendemos que o governador precisa de segurança, mas a atual frota aérea do Estado é boa e podia ser utilizada.

Então, este parlamentar realmente se mostra surpreso com a falta de norte que o atual governo demonstra: se, por um lado, afirma que o Estado deve e precisa reduzir custos, para que ter tanto privilégio, assim como seus amigos? Então, deputado Tito Torres, mais uma vez, queria mostrar a atual incoerência deste governo, que, depois de fazer inúmeras calúnias contra os governos passados, veio aos órgãos de imprensa, no último sábado, reconhecer a incompetência dos servidores que lá estão - e tenho certeza de que não é o caso dos servidores da saúde aqui presentes e muito menos dos do Ministério Público, favorável a quem a oposição votará - que sequer sabem fazer conta. Era esse o nosso aparte.

O deputado João Leite (em aparte)* - Muito obrigado, deputado Tito Torres. Queria trazer um assunto, aproveitando a generosidade de V. Exa. em me conceder um aparte, mas antes devo saudar todos os servidores da saúde e dizer do carinho que todos têm por eles e pelo trabalho que realizam diuturnamente nos nossos hospitais, atendendo ao povo não apenas de Minas Gerais, mas também de fora do Estado.

Queria trazer um assunto penoso, deputado Tito Torres: a perda dos servidores da PEC nº 3, que está enterrada aqui na Assembleia Legislativa. Nesta semana, lamentavelmente, deputado Sargento Rodrigues, perdemos a líder das cantineiras, uma lutadora pela aposentadoria no serviço público que serviu o Estado por 28 anos: a servente Eridê, da cidade de Uberaba, faleceu nesta semana, sem a possibilidade de ter sua aposentadoria. Se tivéssemos, presidente Adalclever Lopes, votado a PEC nº 3, talvez seria diferente o caso da servente Eridê, líder das serventes do nosso estado, uma das lutadoras junto ao governador Itamar Franco para o reconhecimento da aposentadoria dos contratados da educação, como as cantineiras e outros servidores.



Queria dizer também que, em uma próxima oportunidade, em um discurso mais longo, trarei os nomes dos servidores da educação que recentemente morreram, por suicídio, esperando sua aposentadoria. Não é justo o que a Assembleia Legislativa está fazendo com essas pessoas que não sabem o seu futuro; não é justo termos aqui uma proposta de emenda constitucional e não a votarmos. Enquanto isso, as pessoas que serviram o Estado por longos anos estão morrendo. Algumas portam alguma enfermidade, como foi o caso da Eridê, mas outras se suicidam, esperando uma solução.

É tão fácil subir à tribuna e dizer para uma pessoa que entrou no Estado no primeiro governo de Hélio Garcia que ela tem que fazer concurso: “Vá lá e faça concurso público”.

Diga isso a elas, depois de 20, 25, 27, 28 anos de serviços prestados ao Estado. Mandamos elas embora, tentarem atendimento no INSS aquelas que estão grávidas; aquelas que estão em licença-maternidade; aquelas que têm enfermidade pelas longas jornadas em escolas públicas, como a Eridê, que morreu; aquelas que não aguentam mais a pressão e buscam suicídio. E nós ficamos aqui contemplando. Elas sonhavam com o que o governador Aécio concedeu a 22 mil trabalhadoras: a aposentadoria. Querem apenas se aposentar. Lamentavelmente não conseguem.

Presidente, quero fazer um apelo pessoal: que V. Exa. coloque a PEC nº 3 em votação. As servidoras estão morrendo. Vamos votar! Quem for contrário à proposta vote “não”. O que não pode é uma proposta de emenda à Constituição ficar parada, não votarmos e vermos os servidores morrendo. Alguns estão na fila do INSS, para onde foram mandados. Muito obrigado.

O deputado Tito Torres - Muito obrigado, Sr. Presidente. A oposição está aqui para votar o reajuste do Ministério Público.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero apenas esclarecer ao público que nos acompanha nas galerias e pela TV Assembleia que acabamos de firmar um acordo. Cada deputado pode discutir por 1 hora, mas fizemos acordo para que não haja a discussão. Haverá dois encaminhamentos de, no máximo, 10 minutos, e faremos a votação da matéria, em respeito a vocês, servidores, não ao governo de Fernando da Dilma, do Vaccari e do PT. Esse não merece o nosso respeito.

Queria me dirigir especialmente neste momento aos servidores do Ministério Público que estiveram aqui no ano passado, lotando essas galerias quando o projeto de vocês, o PL nº 5.165, foi aprovado em Plenário, no 1º turno, no dia 25/6/2014, na forma do substitutivo da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. O projeto de vocês é o mesmo projeto que estamos votando agora, o PL nº 8. É bom que vocês saibam, assim como aquele rapaz meio nervosinho que estava aqui na semana passada, que nós que hoje estamos na oposição estávamos aqui para votar o projeto. Havia sido feita toda uma discussão sobre esse projeto no ano passado. Ele passou por três comissões, votou-se em 1º turno, deputado Dilzon Melo. Era o PL nº 5.165/2014. Em duas datas distintas, o projeto retornou à pauta. Foi votado em 1º turno no dia 25/6/2014. No dia 3 de setembro, ele recebeu o parecer de 2º turno na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Retornou ao Plenário. No dia 26 de novembro o Sr. Eduardo de Souza Maia manifestou apoio à aprovação do projeto de lei, o que foi anexado ao projeto de lei - está aqui, na tramitação do projeto de vocês, esse mesmo projeto. No dia 15 de dezembro, os deputados da oposição, capitaneados pelos deputados Rogério Correia e Durval Ângelo, retiraram o projeto de vocês da pauta. Isso, na primeira tentativa de votação. Na segunda tentativa, no dia 18 de dezembro, os deputados Rogério Correia e Durval Ângelo, liderando a oposição, retiraram o projeto de vocês novamente.

É bom que fique esclarecido que os deputados da oposição tentaram votar o projeto de vocês no final do ano passado. Mas, infelizmente, o PT e o PMDB obstruíram sistematicamente os três últimos meses de votação na Assembleia. Eles obstruíram inclusive projetos de deputados. Dois projetos obstruídos eram meus, os quais o deputado Rogério Correia não quis deixar passar, porque o dele não havia sido aprovado. O meu projeto tratava da anistia dos policiais e bombeiros militares do movimento de 1997. O deputado Rogério Correia disse, em várias reuniões, que não iria deixar passar o meu projeto porque o dele não havia sido aprovado, como se eu tivesse culpa que o projeto dele, que tratava da anistia de professores, não havia passado pelas comissões, como se os policiais militares tivessem alguma culpa.

Tenho certeza de que não sou líder do bloco de oposição. O líder do bloco de oposição chama-se Gustavo Corrêa e o líder da Minoria, Gustavo Valadares. Mas, tenho certeza de que posso falar em nome do bloco da oposição, deputado Bonifácio Mourão, que o PMDB e o PT obstruíram sistematicamente a votação. Não era para vocês estarem aqui pedindo a sua aprovação, era para ele ter sido aprovado no ano passado, em duas datas distintas. Mas, infelizmente, o PT e o PMDB não deixaram votar.

Na semana passada, quando estávamos aqui para votar, veio um jovem do Ministério Público brigar e xingar, dizendo que os deputados não queriam votar. Presidente do sindicato, quando trouxer pessoas para se manifestarem aqui, é bom conversar com elas antes, explicar como é a forma de votação, para que realmente a pessoa não saia xingando. Eu cheguei a ouvir de uma moça: “E o auxílio-moradia?”. Vou agora dizer para essa moça, se ela estiver aqui, que eu não recebo auxílio-moradia e votei contra. Mas, digo mais, votei contra o auxílio-livro do Ministério Público de vocês, porque é uma vergonha nacional receber R\$13.000,00 de auxílio-livro, enquanto os servidores estão aqui para receber um pequeno reajuste, que não repõe sequer a inflação, a que têm direito. Isso porque é servidor. Quando se trata dos membros do Ministério Público, promotores e procuradores, eles não somente têm o auxílio-moradia como também têm o famigerado auxílio-livro da ordem de R\$13.000,00. É uma vergonha.

E tenho de ouvir de um manifestante da galeria agressões aos deputados falando de auxílio-moradia, esquecendo que no Ministério Público a coisa é muito pior do que ele possa imaginar. Só que este deputado não tem medo de vir à tribuna colocar dedo em ferida, porque não tenho rabo preso nem com promotor, nem com juiz, nem com desembargador. Foi por isso que votei contra o PL nº 159, do Judiciário; e o PL nº 162, do Ministério Público. Votei e continuo votando contra. Aqui não é lugar para se resolver problema de salário, o lugar certo é em Brasília. É lá que os salários deles estão vinculados, assim como os nossos. Aqui, não temos o poder de votar projeto de lei para aumentar o próprio salário, porque o nosso salário está vinculado ao salário de Brasília.

Mas fica aqui, presidente, o devido esclarecimento: esta matéria poderia ter sido votada, deputado Inácio Franco, no ano passado, quando V. Exa. estava na base do governo, com vários deputados do bloco independente - que pelo menos diz ser independente -, e poderiam ter votado o projeto. Mas, infelizmente, o PT e o PMDB obstruíram a votação. Isso é fato. Não adianta desmentirem, porque



contra fato não há argumento que venha contestar. Estão aqui as datas. Esse projeto foi retirado de pauta por acordo, porque a oposição falou que não votaria esse, votaria somente esse, esse e aquele. No final, não votaram em mais nada, somente naquele que interessava e que deixaram votar. Depois vieram com o blá-blá-blá que não tinham orçamento, que precisavam votar o orçamento. Mas eles mesmos obstruíram a sua votação.

Mas não obstruíram, deputado Dilzon Melo, não obstruíram, deputado João Leite, deputado Arlen Santiago, não obstruíram, deputado Bonifácio Mourão, por um acaso. Obstruíram já de forma planejada, calculada: nós vamos obstruir, vamos virar o ano sem orçamento, vamos embarcar por três para depois falar, deputado Carlos Pimenta, que está tudo parado porque não tem dinheiro no Estado.

Esse foi o planejamento feito pela antiga oposição, hoje base do governo. Nós, da oposição, estamos aqui, vamos votar favoravelmente, mas é bom que fique claro, devidamente esclarecido para vocês quanto aos fatos, que impediram de votar, na verdade, o antigo PL nº 5.165. Esse projeto poderia ter sido votado em 2º turno em duas datas distintas: primeira data, 15 de dezembro, e segunda data, 18 de dezembro. Peguem declarações dos deputados da oposição à época. Caso o presidente do sindicato queira, vou pedir à Mesa que imprima os encaminhamentos, as declarações dos deputados que hoje são da base, para ver o que eles fizeram para obstruir e não permitir a votação do projeto de vocês. É uma vergonha, presidente, é uma vergonha não termos votado isso no ano passado. Mas essa vergonha tem endereço certo, esse obstáculo que foi colocado tem endereço certo. Especialmente os deputados do PT e do PMDB não deixaram votar. Agora hoje querem votar. Por que não se votou antes, deputado Dalmo? Não precisava de servidor do Ministério Público estar aqui pedindo a votação, fazendo panelaço, apitação. Não precisava disso, porque aqui nunca houve nenhum tipo de necessidade de votar projeto de servidor público. Nunca necessitou servidor público ficar aqui morrendo de implorar votação. Todos nós, deputados, sempre acolhemos muito bem os projetos que tratam de reajuste de servidor público.

Aliás, presidente - já encerrando -, o projeto que tratava do reajuste da revisão geral anual, o que está acontecendo com vocês, de todo o serviço público, o PT e o PMDB não deixaram aprovar, e não foi só o de vocês não, como também esse outro, que não deixaram aprovar.

Mas nós estamos aqui, e peço vênua ao líder do bloco, deputado Gustavo Corrêa, para dizer, em nome do bloco da oposição, que estamos aqui, deputado Bonifácio Mourão, para votar, sim, a favor do PL nº 8, que trata da recomposição inflacionária das perdas dos servidores do Ministério Público.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, quero começar prestando dois tributos à literatura brasileira.

Primeiro, citando alguém que tão bem percebeu a alma de Minas, Guimarães Rosa, que dizia que a verdade não está nem no início nem no fim, mas no meio da travessia. Por isso as minhas palavras vão responder ao argumento do deputado Sargento Rodrigues, buscando essa verdade que está no meio da travessia.

Segundo, cito Machado de Assis. Também nestes poucos minutos, vou basear-me nesta citação para fazer algumas reflexões necessárias neste Plenário. Dizia num belo conto Machado de Assis: “Mudou o Natal ou mudei eu?”.

Era o título que os provocava. E por que isso? Primeiro, o projeto do Ministério Público, no ano passado, é como é sabido por todos os servidores, pelo menos pelos mais bem-informados, que, quando do ingresso aqui de projetos de data-base, o último que entrou nesta Casa foi o dos servidores do Ministério Público. E por quê? Porque naquele momento a procuradoria não tinha dotação orçamentária para conceder o pagamento. Vou ler aqui um documento em que se prova isso.

Segundo, não havia interesse do governo numa suplementação que só veio a se confirmar no final de novembro do ano passado.

Então esta Casa cumpriu o seu papel, deputado Sargento Rodrigues, e votou as outras datas-bases. Houve projeto que deu entrada aqui dois meses antes do Ministério Público. Não tivemos quórum nesta Casa nos meses de agosto, setembro e outubro, em que o jogo eleitoral não estava definido porque tivemos o 2º turno nacional.

Portanto considero fácil, muito fácil, chegar aqui e dizer palavras ou repeti-las muitas e muitas vezes para que se tornem verdade. A verdade é essa. Tanto é que, na semana passada, em conversa com o promotor e procurador Rômulo Ferraz, que sempre demonstrou interesse na causa dos servidores e conversou conosco no ano passado e este ano, eu dizia: “Está havendo um problema na Seplag. Falta um documento oficial do Ministério Público dizendo que este ano tem dotação orçamentária”.

Hoje tive a alegria de receber em meu gabinete duas jovens simpáticas do Ministério Público. Antes, no final da tarde, havia recebido um telefonema do procurador Carlos André Mariani Bittencourt. Assim, no ofício - ele me enviou cópia - que encaminhou a Helvécio Miranda Magalhães, secretário da Seplag, ele diz: “Sr. Secretário de Estado, cumprimentando-o cordialmente e reportando-me à tramitação do Projeto de Lei nº 8/2015 perante a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, registro que o orçamento de 2015 comporta a implantação da revisão mencionada no percentual de 6% já concedidos aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, categoria paradigma”. Entrou dois meses antes nesta Casa com a garantia no projeto de que tinha dotação orçamentária. (- Lê:)

“A aprovação da lei na Casa Legislativa, vinculada à já mencionada previsão orçamentária, revela-se de curial importância para a valorização do capital humano dessa instituição, evitando a rotatividade que implica maior dispêndio financeiro em ações de treinamento e capacitação.”

Ontem também estive com o procurador-geral de justiça, que me disse que seria encaminhado esse documento. Foi o que faltou no ano passado: a verdade estar reposta aqui. O problema da obstrução é que tinha um monstro maior que se chamava orçamento, no qual a receita foi superestimada e a despesa, subestimada. Essa é a questão, deputado Sargento Rodrigues. Agora, mudou o Natal ou mudei eu?

Sargento Rodrigues, V. Exa. esteve perfilado aqui durante mais de uma década com a oposição. Sargento Rodrigues, prestei atenção na sua fala. V. Exa. sabe muito bem quantos projetos trouxe aqui. A base do governo, que hoje é de oposição, e V. Exa. se batia contra



ela, era contra a votação de qualquer aumento salarial. Por isso estivemos juntos tantas vezes em tantas jornadas. Estamos juntos hoje nesta votação e ficaremos outras vezes.

Portanto, isso é que é importante. Penso que é bom termos claro que, nesse princípio dialético da busca da verdade que a rota nos apresenta, temos de saber que estamos sempre palmilhando e buscando novos caminhos. Aqui está a verdade restabelecida. Quero deixar bem claro que, mesmo sendo líder do governo aqui, defendendo o governo nas ações que faz, como na concessão da medalha a João Pedro Stedile, grande inconfidente - para mim, o paradigma do inconfidente é João Pedro Stedile -, com a verdade reposta e a garantia de que - no ano passado não tivemos recurso, e agora temos a garantia - somos favoráveis ao projeto, para não fazermos demagogia com o servidor, para realmente votarmos naquilo que tem condições de ser pago.

O deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, solicitei o uso da palavra para que possamos balizar como andam as negociações com os servidores públicos de Minas Gerais, tema central do governo e do Estado nesse período de final de abril e início de maio - data-base dos servidores. Embora a data-base oficial seja em outubro, tradicionalmente os servidores se mobilizam - como a Asthemg está fazendo agora, como os servidores do Ministério Público estiveram fazendo aqui, os professores terão assembleia dia 29 - nos meses de abril e maio, período que acaba sendo de reajuste. É essa adição que estamos fazendo neste momento. Conseguimos aprovar, na Assembleia Legislativa, o orçamento do Estado do ano passado. Vocês, os deputados e as deputadas, os telespectadores da TV Assembleia e os servidores que estão aqui acompanharam. Aprovamos um orçamento e, dentro dele, está previsto um déficit orçamentário de R\$7.200.000.000,00. Vejam o tamanho desse déficit que foi deixado no orçamento e aprovado, por unanimidade, por esta Casa. Portanto, não é um dado irrelevante, é um dado real. E precisamos trabalhar com esse dado, levando-se em consideração um outro problema, outro déficit: o déficit social, especialmente o déficit social com a saúde e o com a educação. O que chamo de déficit social? São salários baixíssimos de uma área e da outra. O servidor público em geral, mas particularmente o da saúde e o da educação, que são centrais, estão com salários muito aquém do razoável, muito baixos.

Embora se falasse no passado que tudo estava às mil maravilhas, que os professores ganhavam piso e que os hospitais estavam bem - não era isso que ouvíamos? -, sabíamos que a realidade era outra, uma situação extremamente complicada. Então, além de um déficit orçamentário, trabalhamos com um déficit social. Aprovado o orçamento, o governo tem de trabalhar dentro dele, fazendo a previsão de minimizar os problemas do déficit social nos setores do serviço público.

O caso do Ministério Público que votamos agora é um reajuste de 6% ao mês, retroativo a maio do ano passado. Claro que, se o Ministério Público não tivesse recursos para isso, não teríamos condições de aprovar o orçamento para que apenas os servidores do ministério tivessem condições de receber esse reajuste, porque não seria justo que apenas os servidores do Ministério Público o recebessem, e os demais servidores, não. Por isso - e o Durval explicou muito bem -, fizemos questão de saber se o Ministério Público tinha recurso próprio guardado em caixa. Na carta que recebemos hoje, o Ministério Público diz que tem o recurso e que não será usado o deste ano, com esse déficit tão grande, porque, repito, não seria justo vestir um santo no Ministério Público e desvestir outros na saúde e na educação. Queríamos que vocês compreendessem que era importante o Ministério Público comprovar seu próprio recurso para arcar com a despesa. Durval, foi muito importante V. Exa. ler isso hoje, para que o restante dos servidores públicos saibam que esse recurso era existente e que não que entra no bojo da discussão dos recursos da saúde e da educação.

Essa era a primeira questão que queria levantar, para que o restante dos servidores públicos soubesse por que votamos favoravelmente. Primeiro, porque os servidores públicos do Ministério Público merecem uma reposição inflacionária, pois, sem sombra de dúvida, também são trabalhadores. Mas é claro que isso teria de vir de um recurso próprio do Ministério Público, e não de outros recursos. Essa era a primeira questão que queria deixar clara para o conjunto dos servidores públicos. Sei que alguns não se importam. Em geral, era assim: se há recurso no Ministério Público, no Tribunal de Justiça e na Assembleia Legislativa, o resto que se dane. Mas não pode ser assim. Há recursos fundamentalmente para as áreas sociais, que são aquelas que na campanha dizemos ser prioridade. O que se disse ser prioridade na campanha? Educação, saúde e segurança pública. Então, de fato, esses setores devem ter prioridade ao se pensar nessa questão.

Posto isso, quero entrar um pouco no que fazer em relação aos setores dos servidores públicos que também estão em campanha salarial. Primeiro, queria me dirigir à Asthemg e fazer uma cobrança pública ao governo - aliás, já a fiz e tenho acompanhado a assembleia da Asthemg. O governo está devendo à Asthemg uma resposta e uma contraproposta em relação à proposta apresentada. Quero dizer claramente ao governo que essa resposta precisa vir. A proposta de abono de R\$70,00 oferecida é evidentemente muito inferior ao que os servidores precisam e à necessidade posta para o sistema de saúde. Deputado Durval Ângelo, como V. Exa. tem acompanhado as discussões dos servidores, é preciso que o governo reconheça e responda à Asthemg sobre a pauta de reivindicações que tem colocado, entre as quais 8% de reajuste devidos do ano passado, como o Carlinhos expôs ao governo. Fomos ao secretário e fizemos a exposição desse problema, cuja solução estou procurando intermediar com o governo.

No dia 24 de abril, o governo terá uma reunião com representantes da saúde pública. Esperamos que até essa data, especialmente nessa data, seja oferecido à saúde um plano de recomposição salarial para a saúde pública, entendendo que vocês tiveram muitas perdas durante o governo do choque de gestão.

Faço um parêntese, porque não poderia deixar de falar no choque de gestão. Os servidores da saúde que estão aqui sabem muito bem que esse não é um problema que vem de três meses, mas de muito tempo. Ele advém de uma política de governo equivocada, cuja essência era o choque de gestão, a privatização dos modelos, as parcerias público-privadas e até projetos de perigo, como do Projeto de Lei nº 4.330, e perdeu as eleições. É óbvio que todos têm direito de fazer discurso, de se inflamar, de se dizer indignados, mas os servidores têm memória e sabem como as coisas funcionaram.

É fundamental que o passado seja resgatado e que possamos, a partir daqui, melhorar a situação do sistema de saúde. No dia 24, o que estaremos incluindo como base de governo, cobrando do governo, é que seja dada resposta positiva e um planejamento para a saúde, o que ainda não houve. Queria deixar clara essa questão para os servidores da saúde que aqui estão.

O deputado Durval Ângelo (em aparte) - Neste momento, temos de fazer aqui um registro público quanto à luta da saúde, sobre o sério e belo trabalho desenvolvido pela Asthemg à frente da greve, à frente do movimento da saúde. Sempre dou esse testemunho na



Comissão de Direitos Humanos e mesmo em fóruns de negociação com o governo. A Asthemg é uma entidade sindical diferenciada, totalmente diferenciada. Aqui fala alguém que foi sindicalista por 20 anos. Essa é uma entidade que tem o olhar para a categoria, para as reivindicações, para as bandeiras de luta do movimento, para a questão salarial. Ao mesmo tempo, quando se colocam questões da sociedade, no caso específico do usuário da saúde, a preocupação da Asthemg é de uma visão humanista que não existe. Não encontramos essa visão em outra entidade sindical.

Por isso quero destacar, quanto às pessoas portadoras de sofrimento mental, como no caso do Cepai, a postura da Asthemg, procurando ouvir as mães, trazendo mães e jovens atingidos por violência naquele estabelecimento de saúde. Isso é algo que realmente mostra uma sensibilidade, que acompanho há 15 anos.

Também destaco a questão da hanseníase. A preocupação dos servidores da Fhemig, vinculados à Asthemg, em nossas quatro colônias de hansenianos, é global. Existe uma visão holística do tratamento daquele que sofre o pior de toda dor. Refiro-me à exclusão, ao gueto em que vivem os portadores de hanseníase.

Queremos fazer esse destaque à liderança desse movimento, à Asthemg. Acho que o governo ganharia muito se ouvisse, se dialogasse com a Asthemg.

O deputado Rogério Correia* - Muito obrigado, deputado Durval Ângelo. Fiz questão de que o deputado Durval Ângelo fizesse um aparte para que pudéssemos juntos ter esse compromisso com os trabalhadores da saúde e buscar intermediar uma solução, junto ao governo, que fosse favorável a vocês.

Agradecemos a presença de vocês, que são sempre bem-vindos, com suas pautas, com suas reivindicações. É assim que se trabalha. Foi assim também agora, no 21 de abril. Estavam lá todos que quiseram entrar. Antigamente ninguém entrava na praça, que era fechada. As reivindicações dos servidores são sempre bem-vindas. Obrigado.

Também queria aproveitar a presença de vocês para, além da questão da saúde, explicar aos companheiros como andam as negociações na área da educação.

É até bom que os servidores da saúde tenham um parâmetro de como anda esse debate.

A educação, assim como o setor da saúde, sofreu muito com o choque de gestão. Era dito ao quatro ventos, na televisão, que os professores recebiam o piso salarial. Quem olhava as propagandas achava que os professores recebiam bem, que ganhavam piso salarial, que tinham jornada de trabalho pequena, assim como achavam que os hospitais eram uma beleza e que os servidores estavam dentro do hospital satisfeitos da vida. Era assim. Na verdade, quando assumimos - e nós já sabíamos disso -, a situação da educação era extremamente precária também. As professoras não recebem piso salarial, elas recebem um subsídio que foi aprovado pela maioria dos deputados desta Casa, debaixo de vaia, porque não queriam que se tirasse o salário-base e o transformasse em subsídio. Quando foi transformado em subsídio, engoliram-se biênio e quinquênio. Todas as vantagens dos professores ficaram embutidas no contracheque. Estão aqui o Neivaldo e o Durval, que são professores também. Somos três do Sind-UTE.

Os professores perderam também sua carreira. Eles passaram a não ter mais progressão vertical e horizontal. Foi um verdadeiro drama no setor da educação. E eles diziam que pagavam o piso. Vocês acompanharam, fizeram muitas greves da saúde, mas os professores fizeram uma greve de 112 dias.

Durante a campanha eleitoral, o governador Fernando Pimentel se comprometeu a pagar durante seu governo o piso para os professores, e é esse o esforço que está se procurando fazer. Nomeou-se uma comissão entre o Sind-UTE e a associação dos diretores, a Adeomg, para estabelecer os parâmetros desse piso. Queria passar um pouco disso aos professores, aos trabalhadores da educação, a deputados e aos servidores da saúde que estão aqui, assim eles poderão compreender o que foi oferecido até agora e os gargalos da proposta para que se tente chegar a um acordo. É claro que, como estamos fazendo na saúde, a nossa bancada do PT e o Bloco Minas Melhor querem interceder junto ao governo para que esse acordo se torne possível. Esse é o parâmetro. Não vamos ficar aqui brigando com os professores ou com os servidores da saúde porque eles estão fazendo reivindicações justas. Queremos que o governo avance no que for possível avançar, contando com nosso apoio.

Em relação aos professores, foi oferecido um piso salarial, a ser alcançado até julho de 2017. Os professores que estão na ativa receberão o piso salarial até julho de 2017, e os professores aposentados estarão com esse piso em julho de 2018. Esse é o primeiro gargalo da proposta. Por falta de recurso financeiro, o governo está propondo que, no caso dos aposentados, o piso salarial seja alcançado posteriormente, mas eles também alcançarão o piso.

O deputado Durval Ângelo (em aparte) - É bom que se diga que nos últimos 12 anos os aposentados não tiveram aumento salarial em três momentos, e, em outros quatro anos, tiveram reajustes abaixo da inflação. Falo isso como professor do Estado há 35 anos. É bom deixar bem claro que o governo está garantindo, para 2017, a equiparação do aposentado com o da ativa ...

O deputado Rogério Correia* - Em julho de 2018.

O deputado Durval Ângelo (em aparte) - Isso já é um grande avanço, se você imaginar a situação atual.

O deputado Rogério Correia* - Vou chegar lá, Durval. É só para se compreender o que ainda temos de proposta e de gargalos. Para isso o governo vai oferecer um reajuste, um aumento de 13,6 no início de cada carreira dos trabalhadores da educação e, para o restante, um abono de R\$190,00. Foi um dos gargalos apontados pelo sindicato. Por que não 13,06 também ao longo da carreira, e não apenas no seu início? O restante do abono não foi transformado, embora depois ele seja incorporado. Talvez esse seja o maior gargalo da proposta. Depois teríamos um reajuste de 8,21 em 2016; e, finalmente, 7,72 em 2017; chegando, portanto, a julho de 2017.

Chega-se ao valor do piso, não ao valor do salário agora, e esse foi o grande avanço da última reunião. O governo garante a correção do piso nacional da educação, em janeiro dos anos de 2016, 2017 e 2018, ou seja, além da correção para se chegar ao valor do piso, haverá a correção salarial anual do piso nacional da educação. Essa foi a conquista obtida na última negociação, importante do ponto de vista salarial. Em outras palavras, em julho de 2017, o professor terá o piso salarial daquele momento, e não somente o valor de hoje corroído pela inflação. Então, considero que houve avanço, embora, especialmente na questão dos 13,08%, seja necessário o governo fazer os cálculos para buscar melhorar sua proposta. Foi o que sentimos no congresso do Sind-UTE, onde eu,



Neivaldo e Lamac estivemos presentes. Para os aposentados, esse reajuste se dá de maneira mais vagarosa, mas, como disse o deputado Durval Ângelo, em julho de 2018, o servidor aposentado terá o mesmo salário que o da ativa.

Pois bem, esse reajuste e essa política também foram recolocados para todas as categorias, e não apenas para o magistério: extingue-se o regime de subsídio e passa-se à implantação do vencimento inicial da carreira. Acaba aquela história que lhes contei sobre o subsídio que foi criado no governo passado, e teremos a carreira no piso salarial, no vencimento-base, e não mais no tal subsídio, chamado pelos professores de “suicídio”. E recria-se o adicional de valorização da educação básica, que é o antigo quinquênio e que também foi extinto pelo governo passado. Portanto, retoma-se a política do quinquênio.

Há também o aumento para diretor de escola. Como meu tempo está se esgotando, não me aprofundarei, mas ele varia de 30% a 50%, e há uma reestruturação importante na carreira. Uma outra maldade com os professores era a suspensão de sua carreira, e isso está terminando em setembro, o que significa que o professor que tiver licenciatura curta, mas fez licenciatura plena, terá ascensão na carreira, que será descongelada e voltará a andar. Depois, por meio de uma tabela, no próprio governo Fernando Pimentel, haverá outra progressão na carreira, portanto serão duas.

Avanços na gestão do ponto de vista democrático. O professor poderá novamente se alimentar na escola, pois vocês sabem que isso não era permitido, ou seja, eles eram proibidos de comer da alimentação do aluno. O governo, então, como é óbvio, colocará recursos para permitir que o professor se alimente na escola. E nomearão 15 mil servidores aprovados em concurso por ano, ou seja, serão nomeados 60 mil concursados, o que estava parado.

Há também avanços na Lei nº 100. Não podemos prometer aos professores a efetivação sem concurso público, apesar de saber que há deputados prometendo isso; o Aécio prometeu e deu no que deu. Mas há avanços para esses professores no sentido de terem algumas garantias, como é o caso dos que estão doentes. Enfim, há uma série de questões relativas à carreira, o que significa avanços.

Essa proposta está em debate com o Sind-UTE; foi apresentada no Congresso, e os professores estão fazendo reparos. Haverá uma outra negociação no dia 27 com os professores, e uma com a área da saúde no dia 24. Quis vir aqui para prestar contas do processo que estamos buscando acompanhar nas negociações com os servidores públicos, negociações essas que não existiam no passado dessa forma. Aliás, a pauta que mais se tinha na Assembleia Legislativa era o servidor pedir ao governo para receber, pois não era feita a negociação.

Agora, estamos entrando no conteúdo da pauta. A nossa intenção é avançar bastante.

O deputado Professor Neivaldo (em aparte)* - Obrigado, deputado Rogério Correia. Quero reafirmar o meu compromisso com os servidores públicos que estiveram aqui no dia da minha posse, ocasião em que disse que estava assumindo o mandato um sindicalista que também tem esse compromisso. Deixamos claro o esforço que nós, deputados da base de governo, temos feito para intermediar a situação entre os servidores e o governo. Infelizmente, tivemos 12 anos de governo truculento, de choque de gestão. Sou professor da rede estadual de ensino e sei muito bem o que foi esse choque de gestão em Minas Gerais. Na verdade, foi um choque em cima do servidor. Qual foi o resultado desses 12 anos? É o que estamos vendo, ou seja, vocês, funcionários da saúde, com salário reduzido e condições de vida precárias, não podendo esperar. Hoje, por mais que queiramos dialogar com o governo e com os servidores, sabemos que a situação é precária, que os salários não dão para manter as despesas da família com alimento, transporte etc. Nós, da educação, sabemos disso. Hoje, o servidor da educação recebe uma miséria, não tem assistência médica. Em Uberlândia, além dessa miséria, o Ipsemg não atende, as mulheres não têm lugar para dar à luz. A situação é grave.

É muito fácil a oposição subir à tribuna e fazer discurso bonito para vocês. Ficaram 12 anos no governo e não fizeram nada.

Tivemos três dias de congresso no Sind-UTE, vimos a manifestação legítima em Ouro Preto e compreendemos a discussão que vocês fazem aqui. Alguns companheiros que votaram em mim e trabalham com vocês estão me cobrando uma posição. Fica aqui o compromisso do Professor Neivaldo, juntamente com o Rogério Correia e os outros companheiros, de fazer interlocução, buscar uma solução que atenda aos compromissos do governo e sobretudo dos servidores, que, após aguentar 12 anos de choque de gestão, estão numa situação extremamente precária. Meu líder Rogério Correia, eles precisam realmente de uma ação emergencial. Muito obrigado pelo aparte.

O deputado Rogério Correia* - Obrigado, deputado Neivaldo.

O deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, quero mais uma vez parabenizá-lo pela forma coerente e equilibrada com que tem utilizado a tribuna, apesar de vermos alguns companheiros deste Parlamento, de forma muito estranha - pelo menos para mim -, usarem seu tempo precioso para tratar de outros assuntos que não interessam à população e, por que não dizer, muito menos aos servidores que acompanham os trabalhos nesta Casa.

Faço este aparte, nobre deputado, para informar que acabo de chegar da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, da qual sou vice-presidente. O relatório do deputado Tito Torres foi lido e aprovado, de forma que o Projeto de Lei nº 8/2015, dos servidores do Ministério Público, pode ser votado em 2º turno.

O deputado Rogério Correia* - Obrigado, deputado Vanderlei Miranda. Estamos prontos para votar, mas precisamos aprovar também o reajuste da saúde.

Reitero, então, o apoio aos companheiros e quero dizer-lhes que vocês têm aqui deputados para apoiá-los. O fato de ser do governo não significa que somos adversários do servidor, pelo contrário. Isso pode ter sido no passado, em que os deputados da base do governo, em vez de receberem os servidores, viravam as costas. Nós, não; mesmo não estando resolvida a questão, podem contar conosco. Estaremos aí para avançar nessa proposta, como disse o deputado Professor Neivaldo.

Para vocês terem uma ideia, na semana passada, conseguimos ganhar, no Tribunal Regional Eleitoral, uma ação em que o PSDB entrou contra o Sind-UTE porque este fez um informe publicitário, no ano passado, que o referido partido chamou de propaganda eleitoral. O PSDB pediu a cassação dos direitos políticos de oito dirigentes do Sind-UTE. Isso para vocês verem que o tratamento dado ao sindicato é diferente. Felizmente ganhamos, no Tribunal Regional Eleitoral, por 4 a 2. Eram réus as professoras Beatriz Cerqueira, Lecioni, Mônica, o Carlinhos, enfim, os companheiros da direção de vocês. Era como se fossem réus, por estarem lutando pela saúde pública, e o partido do governo passado não gostava. Então ele entra, dizendo que foi prejudicado, e pede cassação política



dos dirigentes. Felizmente, no Tribunal Regional Eleitoral, por 4 a 2, ganhamos. Não foi fácil. Ao mesmo tempo, eles pediam ao TRE que cassasse os direitos políticos do governador Pimentel, que foi eleito. Isso demonstra, também, uma incompreensão do processo democrático.

Então é preciso entender as diferenças de comportamento democrático. Assim, se R\$70,00 é um abono inadmissível - e é verdade -, os servidores têm o direito de lutar. Seria correto o PT entrar contra vocês, com algum tipo de ação, para cassar-lhes os direitos políticos? É óbvio que não. Então é preciso distinguir a forma de estar expondo e enxergando as reivindicações. Vocês têm todo o direito de reivindicar, e queremos reiterar que estamos ao lado de vocês nas reivindicações. Vamos ver se, até o dia 24, será apresentada uma proposta bem melhor que essa aos servidores da saúde, que possa contemplar todos durante esse período.

Estão reclamando muito, Neivaldo, você vai me ajudar nisso, sobre a atuação do presidente da Fhemig. Vou me informar sobre a questão que vocês expuseram em relação a isso, até para que tenham um tratamento democrático, que é o que tem de ser. Assim, ouvimos a reclamação de vocês e vamos procurar saber o que aconteceu, garantindo o processo democrático de debate, de reivindicação, que é um direito.

Queria dizer isso hoje para que não ficasse aqui o clima da demagogia. Fazer demagogia é muito fácil, mas é preciso saber, de fato, como agiram no passado e como agem agora, como estava e como está, caso contrário as pessoas se confundem. Não é bom confundir, porque depois vem coisa pior. Vocês estão vendo o 4.330. Já pensaram um governo que terceirize todo o serviço de vocês? Não seria terrível terceirizar tudo na saúde? É essa a proposta da direita no Congresso Nacional. Então temos de saber bem a diferença. Se depender do PT não passa, mas os partidos da direita estão todos querendo o 4.330, porque, aliás, serve aos setores do empresariado. Não vamos nos esquecer também das questões políticas, ideológicas, pois vocês são trabalhadores. Há contradição com o governo? É óbvio que sim, e sabemos disso, mas isso não faz com que não se observem as diferenças importantes, até para o prosseguimento do processo democrático e de luta.

Então, parabéns à Asthemg, aos professores que estão lutando. Parabéns, também, ao 21 de abril, que fizemos na Praça Tiradentes. Parabéns - não poderia deixar de dizer - a João Pedro Stedile, que luta com os trabalhadores rurais pela reforma agrária no Brasil. Viva a reforma agrária! Um abraço, presidente. Agradeço o tempo concedido por V. Exa. para que eu pudesse explicar essa questão do reajuste. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 27/4/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Emidinho Madeira

exonerando Evânio de Lima Cruz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa

exonerando Débora Vieira Fonseca do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando Jozelia Cardozo de Melo Varela do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando Kenya Grossi Ferreira do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas;

nomeando Clairton Dutra Costa Vieira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Débora Vieira Fonseca para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;

nomeando Kenya Grossi Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Wander Borges

exonerando Thiago Dupin Lamas do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

nomeando Silvio de Carvalho Grossi para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

nomeando Clayton Martins Miranda para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Eugenio Mendes Diniz para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Rogerio Carlos da Silva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Ronan Alves de Queiroz para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.



Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou o seguinte ato relativo a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Jozelia Cardozo de Melo Varella para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargos em comissão de recrutamento amplo:

nomeando Alex Ramos dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 35/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Celin Transportes Ltda. – EPP. Objeto: locação de veículos flex, pelo sistema mensal, sem motorista, com quilometragem livre, incluindo seguro total sem ônus da franquia. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: de 21/8/2015 a 20/8/2016. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 22/2015

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Alva Clínica Odontológica Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos deputados e aos ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e a seus respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição nos termos do art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TEATRO DA ASSEMBLEIA - EDITAL DE SELEÇÃO ARTÍSTICA

SEGUNDO SEMESTRE DE 2015

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados que se encontram abertas, no período de 2/5/2015 a 29/05/2015, as inscrições para a seleção de espetáculos para ocupação do Teatro da Assembleia no segundo semestre de 2015. Poderão participar projetos de dança, música e teatro para crianças e adultos. Só serão aceitos os projetos com cenários que sejam adequados às dimensões do teatro.

Área do palco: 7,54m x 4,55m (área útil, fora as coxias e a área de circulação);

Boca de palco: máxima: 7,54m e mínima: 6,17m;

Pé-direito: 2,95m.

Os projetos deverão estar acompanhados dos seguintes documentos:

Teatro

Ficha técnica aprovada pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais – Sated-MG – ou xerox da carteira de trabalho;

Liberação da Sociedade Brasileira de Autores – Sbat – ou declaração do autor do espetáculo, especificando a forma de pagamento dos direitos autorais;

Cópia do texto ou roteiro;

Currículos dos participantes;

Desenho, foto ou croqui de cenários e figurinos, devendo as dimensões do cenário ser rigorosamente especificadas;

Release;

Plano de divulgação e mídia.

Dança

Ficha técnica aprovada pelo Sated-MG ou xerox da carteira de trabalho;

Liberação da Sbat ou declaração do coreógrafo do espetáculo, especificando a forma de pagamento dos direitos autorais;

Currículos dos participantes;

Desenho, foto ou croqui de cenários e figurinos, devendo as dimensões do cenário ser rigorosamente especificadas;

Release;

Plano de divulgação e mídia.

Música

Currículos dos participantes;

DVD ou CD;

Release;

Plano de divulgação e mídia.

Todos os participantes deverão ser pessoas jurídicas devidamente registradas para recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – pelo Teatro da Assembleia e deverão comprovar isso anexando a Ficha de Inscrição Cadastral – FIC – emitida pela prefeitura, atualizada. Informamos que o recolhimento do ISSQN no Teatro da Assembleia é feito por regime de estimativa. Informamos também que propostas aprovadas na concorrência anterior não poderão participar novamente da seleção a que



se refere este edital. As propostas devem ser encaminhadas à coordenação do Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema em envelope fechado e identificado. Caso os interessados residam em outros municípios, as propostas poderão ser enviadas, por via postal, para o seguinte endereço: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Seleção Artística do Teatro - Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema - Rua Rodrigues Caldas, nº 30 - Bairro Santo Agostinho - CEP: 30.190 921 - Belo Horizonte - Minas Gerais. A data considerada será a da postagem, não se aceitando, em hipótese alguma, inscrições fora do prazo. As propostas não selecionadas deverão ser retiradas junto à administração do Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema no prazo de 30 dias a contar da data da divulgação do resultado. Após esse prazo, as propostas serão descartadas. Ao enviar a proposta, o interessado afirma ter conhecimento completo do edital e concorda com todas as cláusulas nele contidas.

Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (31) 2108-7826 e (31) 2108-7827, pelo Fax (31) 2108-7670, no horário das 8 às 18 horas, e no *site* da Assembleia: www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2015.

Rodrigo Barreto de Lucena, diretor de Comunicação Institucional.



ERRATAS

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/4/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 24/4/2015, na pág. 29, sob o título “Leitura de Comunicações”, onde se lê:

“Requerimento nº 376/2015”, leia-se:

“Requerimento nº 376/2015 com a Emenda nº 1”.

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/4/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/4/2015, na pág. 63, sob o título “REQUERIMENTOS”, no Requerimento nº 525/2015, onde se lê:

“aos presidentes da Feam e da Copasa-MG”, leia-se:

“ao presidente da Feam”.

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/4/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/4/2015, na pág. 65, sob o título “Leitura de Comunicações”, onde se lê:

“Requerimento nº 377/2015”, leia-se:

“Requerimento nº 377/2015 com a Emenda nº 1”.